



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**  
**MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

**ISAAC ITAMAR DE MELO COSTA**

**PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DO/NO CORPOLINGUAGEM**  
**NO MOVIMENTO DA MARCHA DAS VADIAS**  
**O Sintoma da ideologia**

**Recife-PE**  
**2016**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

CLASSIFICAÇÃO DE ACESSO A TESES E DISSERTAÇÕES

Considerando a natureza das informações e compromisso assumidos com suas fontes, o acesso a monografias do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco é definido em três graus:

- "Grau 1": livre (sem prejuízo das referências ordinárias em citações diretas e indiretas);
- "Grau 2": com vedação a cópias, no todo ou em parte, sendo, em consequência, restrita a consulta em ambientes de biblioteca com saída controlada;
- "Grau 3": apenas com autorização expressa do autor, por escrito, devendo, por isso, o texto, se confiado a bibliotecas que assegurem a restrição, ser mantido em local sob chave ou custódia;

**A classificação dessa dissertação encontra, abaixo, definida por seu autor.**

**Solicita-se aos depositários e usuários sua fiel observância, a fim de que se preservem as condições éticas e operacionais da pesquisa científica na área da administração.**

---

Título da Monografia:

Nome do Autor:

Data da aprovação:

Classificação, conforme especificação acima:

Grau 1

Grau 2

Grau 3

Local e data:

-----  
Assinatura do autor

Isaac Itamar de Melo Costa

**Processos de subjetivação do/no corpolingüagem  
no movimento da Marcha das Vadias**  
O Sintoma da ideologia

Orientadora: Profa. Dra. Evandra Grigoletto

Dissertação apresentada como requisito complementar para obtenção do grau de Mestre em Linguística, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (PPGL-UFPE).

Recife, 2016

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

C837p Costa, Isaac Itamar de Melo  
Processos de subjetivação do/no corpolingüagem no movimento da  
Marcha das Vadias: o sintoma da ideologia / Isaac Itamar de Melo Costa. –  
2016.  
95 f.: il., fig.

Orientadora: Evandra Grigoletto.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro  
de Artes e Comunicação. Letras, 2016.

Inclui referências.

1. Linguística. 2. Ideologia. 3. Subjetividade. 4. Análise do discurso. 5.  
Corpo humano - Aspectos simbólicos. 6. Corpo humano e linguagem. I.  
Grigoletto, Evandra (Orientadora). II. Título.

410 CDD (22.ed.)

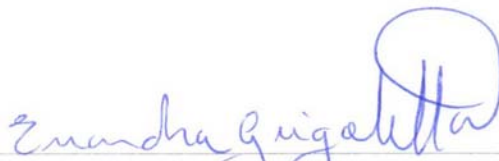
UFPE (CAC 2016-77)

ISAAC ITAMAR DE MELO COSTA

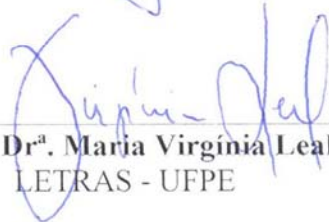
**PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DO/NO CORPOLINGUAGEM NO  
MOVIMENTO DA MARCHA DAS VADIAS: O Sintoma da Ideologia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em LINGUÍSTICA, em 26/2/2016.

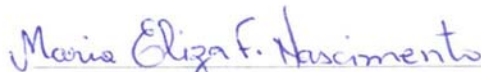
**DISSERTAÇÃO APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:**



**Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Evandra Grigoletto**  
Orientadora – LETRAS - UFPE



**Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria Virgínia Leal**  
LETRAS - UFPE



**Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria Eliza Freitas do Nascimento**  
LETRAS ESTRANGEIRAS - UERN

Recife – PE  
2016

## *Agradecimentos*

À minha orientadora, Professora Evandra Grigoletto, pela leitura cuidadosa, indicações brilhantes, e pela paciência em suportar os meus atrasos, inseguranças, silêncios, os casos de ponto e vírgula, e os blocos enormes de texto.

Ao CNPq e à UFPE.

À Gih Marques, pelo incentivo, companheirismo, casa e casamento.

À Carolzita, Sheila Joaquina, e todos os Mestres dos Magos.

À Comadre Juliene, pelo apoio nos momentos mais críticos, e eterna inspiração.

À Márcia, Sônia, ao Nilson, Rafael, e aos queridos da UAG.

Ao Felipe e ao Everton, por me acolherem na família.

À Val, por todo o aprendizado.

À Nyninha, numa linha bem bonita e separada.

À Japonesa, noutra linha exclusivíssima.

Ao Paulinho também, pra não sentir inveja.

À Lu, pela amizade e pelas aventuras acadêmicas.

Ao João, pelos abraços sinceros nos encontros da vida.

À Deysi, Rudá, Beto, Pete, Amandaras e Dinho, por compartilharem de tantas alegrias e tristezas comigo.

À Vi, Nicolas e Ráh, pelo amor e laço eterno.

Ao autossacrifício de minha mãe, avó e tio para me verem crescendo, e ao amor de Deus e do meu avô, que me acompanharam por todo esse processo.

## *Dedicatória*

A Jayson, por extenso, e pela vida.

*“Society teaches 'Don't get raped' rather than 'Don't rape'”*

Hilary Beaumont



## RESUMO

A dominação do sujeito pelo Estado produz uma coerção, uma ilusão de o sujeito ser dono do que diz e de si próprio, de seu corpo, podendo qualquer tipo de capacidade psíquica que proporcione reflexão, que induza à criatividade ou singularidade. Esse mecanismo faz parte da interpelação do indivíduo em sujeito e está na base do processo de subjetivação. Este estudo coliga a ideia de subjetivação à de corporificação dos sujeitos, de maneira que um processo é indissociável do outro. Subjetivar-se é, necessariamente, corporificar-se. Com tal ancoragem, propomo-nos a examinar o sujeito em sua relação com o corpo e o discurso, no que Vinhas (2014) denomina corporeidade discursiva. O sujeito a que nos referimos é aquele da Marcha das Vadias, movimento feminista cujo eixo principal se concentra na reestruturação da forma com a qual a polícia lida com as situações relacionadas ao crime de estupro, e, mais recentemente, em desdobramentos desse primeiro eixo, à defesa do aborto e das causas raciais, homossexuais e transgênero. Partimos da hipótese de que os desdobramentos de sentido averiguados em diferentes momentos da Marcha estão intimamente relacionados à forma como o sujeito do movimento feminista se inscreve na história. O que explicamos tanto pelo viés do discurso, da corporificação/subjetivação; quanto pelo viés sociológico, da congruência dos fatos históricos das diferentes fases (ondas) da teoria feminista, num só fluxo horizontal (*feminist sidestreaming*), ou quarta onda do movimento feminista (MATOS, 2010). Para tanto, mobilizamos os pressupostos teóricos da Análise de Discurso de inspiração pecheuxtiana, com destaques à noção de sujeito e, conseqüentemente, forma-sujeito, formação discursiva e posição-sujeito. Nesse enquadramento, atemo-nos às manifestações corpóreas desse sujeito, de maneira que consideramos o corpo no arcabouço teórico da psicanálise e da AD. A questão problema que norteia esta discussão é analisar o funcionamento desse fenômeno num arquivo de imagens extraídas das Marchas das Vadias compreendidas entre 2011 e 2015, de maneira a a) apontar concretamente a mudança de foco da MDV pelo viés do processo de subjetivação/corporificação; e b) identificar nesse processo as marcas ideológicas deixadas no corpo pelo discurso.

Palavras-chave: Corporeidade discursiva; Marcha das Vadias; Análise de Discurso

## ABSTRACT

The domination of subject by the State produces a coercion, an illusion of the subject controls your own says and body, pruning any type of psychic capacity that provides reflection, induces creativity or uniqueness. This mechanism is a part of the interpellation of the individual in subject and integrates the base to subjectivity process. This study combines the idea of subjectivity to the embodiment of the subjects, in a way that one process is inseparable from the other. Subjectivity is the same of embodiment. With such an anchorage, we propose to examine the subject in its relation with the body and discourse, what Vinhas (2014) calls discursive bodylanguage. The subject that we refer is those of Slutwalk, a feminist movement whose axis was concentrated in the restructuring the way with the police deal with such situations related to the crime of rape, and, more recently, in the defense of abortion and racial, homosexuals and transgender causes. Our hypothesis developments direction ascertained in different moments of the March are closely related to the way as the subject of the feminist movement is inscribed in history. What we have explained through discourse: with the embodiment/subjectivity; and through the sociological bias: the congruence of the historical facts of different stages (waves) of feminist theory, in a horizontal flow (feminist sidestreaming), or fourth wave of the feminist movement (MATOS, 2010). To this end, we mobilize theoretical assumptions of Discourse Analysis, with highlights to the notion of subject and Form-Subject, Discursive formation and Subject-position. In this framework, we investigate corporal manifestations of this subject, considering the bodies through the theoretical framework of psychoanalysis and AD. The main question who guides this discussion is analyze this phenomenon drawn an archive of pictures of the SlutWalk taken between 2011 and 2015, the way one a) specifically pointing an SW focus change on the bias of subjectivity process/embodiment; and b) identify this process through the ideological discourse marks left in the body.

Keywords: Discursive bodylanguage; SlutWalk; Discourse Analysis

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – MDV1 (Domínio Público).....	32
Figura 2 – MDV2 (Domínio Público).....	32
Figura 3 – MDV3 (Domínio Público).....	39
Figura 4– MDV4 (Domínio Público).....	42
Figura 5– MDV5 (Domínio Público).....	43
Figura 6 – MDV6 (Facebook) .....	48
Figura 7– MDV7 (Facebook) .....	49
Figura 8– MDV8 (Domínio Público).....	51
Figura 9– MDV9 (Domínio Público).....	51
Figura 10– MDV10 (Domínio Público).....	52
Figura 11– MDV11 (Domínio Público).....	52
Figura 12– MDV12 (Domínio Público).....	56
Figura 13 – MDV13 (Domínio Público).....	66
Figura 14– MDV14 (Domínio Público).....	67
Figura 15– MDV15 (Domínio Público).....	71
Figura 16– MDV16 (Domínio Público).....	72
Figura 17– MDV17 (Domínio Público).....	74
Figura 18– MDV18 (Domínio Público).....	74
Figura 19– MDV19 (Domínio Público).....	77
Figura 20– MDV20 (Domínio Público).....	79
Figura 21– MDV21 (Domínio Público).....	79
Figura 22– MDV22 (Domínio Público).....	80
Figura 23– MDV23 (Domínio Público).....	82
Figura 24– MDV24 (Domínio Público).....	82

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
CAPÍTULO I .....	15
Condições Teóricas da Análise de Discurso .....	15
1. De Saussure a Pêcheux, um breve percurso do sujeito.....	15
2. Caracterizando a Análise de Discurso .....	22
CAPÍTULO II.....	28
O sujeito feminista .....	28
1. Formação Discursiva, Forma-Sujeito, Posição-Sujeito .....	28
2. O sujeito feminista.....	33
2.1 A primeira Onda .....	35
2.2 O existencialismo francês.....	44
2.3 Feminismo Radical .....	47
2.4 Segunda e Terceira Ondas .....	54
2.5 A Quarta Onda.....	57
CAPÍTULO III .....	59
Um olhar sobre o arquivo.....	59
1. Do discurso político ao Discurso do Corpo .....	59
2. O corpo no catolicismo .....	63
2.1 Do viés psicanalítico ao discursivo .....	68
3. Entrando no arquivo .....	70
4. Concluindo com uma perspectiva .....	85
REFERÊNCIAS .....	86

## INTRODUÇÃO

Com a tônica das recentes revoltas e protestos ocorridos no Brasil, tornou-se comum à população a ideia de que os “manifestantes de sofá” finalmente saíram às ruas para personificar a sua insatisfação e reivindicar vários de seus direitos, dentre eles o próprio direito de reivindicar; exemplo disso são frases do tipo “saímos do *facebook*” e “jogaram mentos na geração coca-cola”, além da famosa “o gigante acordou”, e sua variante “o gigante acordou putu”, de grande circulação nas redes sociais e cartazes durante o protesto iniciado pelo aumento das tarifas de ônibus, ou “Revolta dos Vinte Centavos”<sup>1</sup>, como ficou conhecido.

Nessa mesma perspectiva, encontram-se várias outras manifestações que compartilham, pelo menos, dois fatores em comum. Em primeiro lugar, as semelhanças na forma de estruturação desses movimentos, geralmente compostos de passeatas, além da (re)afirmação de ideais e mobilização dos participantes por meio de redes sociais, mais apropriadamente o *facebook*. Daí o sentido trazido pelo “saímos do *facebook*” de que existia já há algum tempo uma comunidade insatisfeita com o funcionamento de determinados sistemas compartilhando suas críticas via web que, com a abertura ocasionada pela acentuação da indignação popular, saiu desse *status quo* e foi às ruas protestar. Em segundo lugar, todos esses movimentos parecem estar mais ou menos explicitamente vinculados à tomada de um posicionamento político partidário, republicano ou democrata, de esquerda ou de direita, do PSDB ou do PT (no caso do Brasil). O estopim desses movimentos varia – vinte centavos a mais no preço da passagem de ônibus, a cura gay, ou mesmo um pronunciamento machista de um policial canadense, como é o caso do *SlutWalk* (doravante “SW”), que no Brasil ficou conhecido como “Marcha das Vadias” (doravante “MDV”), movimento democrata feminista cujo discurso integra o cerne de discussões deste trabalho.

Vale destacar que o SW, MDV, a Revolta dos Vintes Centavos e todos estes outros movimentos a que me refiro, não surgem necessariamente no interior dos

---

<sup>1</sup> Também registrado como “Manifestações de Junho”, e “Jornada de Junho”. A referência é à série de manifestações ocorridas em junho de 2013 por todo o Brasil. O estopim dos manifestos foi o aumento do preço das passagens de ônibus no país. Posteriormente, diversas outras insatisfações integraram o cerne do protesto, a exemplo da corrupção, má qualidade dos serviços públicos, gastos com grandes estádios de futebol em razão da Copa do Mundo em 2014 etc.

partidos políticos, ou vinculam-se publicamente aos ideais defendidos por eles. No entanto, considerar que um movimento que lute em prol da inclusão social, a exemplo da Revolta dos Vinte Centavos, não dialogue com nenhum princípio político existente é, no mínimo, ingênuo. Colocando a questão no quadro teórico que nos fornece a Análise de Discurso, todo tipo de movimento, revolta, ou aglomeração social é permeado por um discurso que se evidencia nos seus propósitos. O discurso é a materialização da Ideologia, que carrega consigo preceitos morais e ideais que remetem, por intermédio do interdiscurso, à memória das coisas já-ditas, a discursos prévios. Assim, os movimentos não precisam estar assumidamente coligados. Essa associação acontece porque eles se inscrevem na história, resgatam os dizeres e causas defendidas por outros movimentos que lutavam pelos mesmos ideais que os seus, e que eram atravessados pela mesma Ideologia identificada em suas bases.

Dito de outra forma, é nas práticas de linguagem, no lugar de materialização do discurso, que os acontecimentos se concretizam. Dizer, por exemplo, que o discurso da esquerda se evidencia em determinado movimento, não significa tentar engessá-lo nos moldes predeterminados por alguma filosofia ou partido político, mas sim fazer com que enxerguemos que essa luta não é inédita, que surge de questões inconclusas na história da humanidade, e que são rememoradas de tempos em tempos porque esse diálogo interdiscursivo é em si uma das características intrínsecas às práticas de linguagem.

O movimento feminista é exemplo do que tratamos aqui. Seu manifesto conjuga dizeres advindos, por intermédio da memória e do interdiscurso, de outros momentos, outras revoltas, que não são necessariamente explicitados, mas se fazem presentes na constituição do dizer, via discurso. Neste alicerce, tomo como ponto de partida para o que se discutirá nesse trabalho, conforme anteriormente mencionado, dois dos mais influentes movimentos feministas da década, a saber, o *SlutWalk* e a Marcha das Vadias. Para tratar devidamente deste tema, regresso à história da origem do SW, tido que ele é o marco que inaugura a Marcha das Vadias no Brasil. O movimento canadense surge em janeiro de 2011, quando o policial Michael Sanguinetti proferiu no campus da York University, um discurso que objetivava discutir a prevenção do crime de estupro na cidade de Toronto. Na ocasião declarou o seguinte: "*I've been told I'm not supposed to*

*say this – however, women should avoid dressing like sluts in order not to be victimized.*<sup>2</sup>"

O pronunciamento de Sanguinetti levou as cofundadoras do movimento *SlutWalk*, Sonya Barnett e Heather Jarvis a expor, em nota divulgada no site *slutwalktoronto.com* (2011), o descontentamento geral com a polícia da cidade de Toronto, acusando-a de perpetuar, através de Sanguinetti, o mito/estereótipo de “vadia/*slut*”. Segundo elas, o relato do crime de estupro à polícia local, já muito escasso, estaria ainda mais prejudicado pelo fato de o discurso de Sanguinetti dar margem a interpretações que sugerissem alguma parcela de culpa às vítimas pelo ato, tomando como referencial a roupa que estavam vestindo no momento do estupro. Nas palavras de Barnett & Jarvis:

*We are tired of being oppressed by slut-shaming; of being judged by our sexuality and feeling unsafe as a result. Being in charge of our sexual lives should not mean that we are opening ourselves to an expectation of violence, regardless if we participate in sex for pleasure or work. No one should equate enjoying sex with attracting sexual assault* (BARNETT & JARVIS, 2011, s/p)<sup>3</sup>.

A partir de então, organizou-se uma marcha exigindo uma reformulação na maneira com que a polícia lidava com situações desse tipo, sendo assim de responsabilidade dessas autoridades “*take serious steps to regain our trust*”<sup>4</sup> (2011, s/p), garantindo às mulheres sentirem-se seguras e respeitadas, e, sobretudo, assegurando que as pessoas que as protegem compreendam o que, de fato, é ser sobrevivente de abuso sexual – “*slut or otherwise*”<sup>5</sup> (2011, s/p). Nesse enquadramento, foi realizada uma passeata em que três mil mulheres marcharam desde o Queen’s Park até a Central de Polícia de Toronto, vestidas com roupas curtas, lingerie à mostra, perucas e salto alto – o que acreditavam caracterizar as *sluts*, mencionadas no dizer do policial –, com cartazes e discursos que defendiam a liberdade feminina, e protestavam contra a iniquidade, ineficácia e falta de tato da polícia canadense. Segundo a colunista Jessica

---

<sup>2</sup> “Eu fui avisado que eu não deveria dizer isso – entretanto, mulheres deveriam deixar de vestirem-se como vadias para que não sejam vítimas do estupro”. (*Tradução livre*).

<sup>3</sup> “Nós estamos cansadas de sermos oprimidas pelo sentido vergonhoso-vadia; de sermos julgadas pela nossa sexualidade, e sentirmo-nos inseguras como resultado. Estar no comando de nossas vidas sexuais não deveria significar que estamos nos abrindo para uma expectativa violenta, independentemente de participarmos do sexo por prazer ou trabalho. Ninguém deve equiparar curtir o sexo e incentivar o abuso sexual”. (*Tradução livre*).

<sup>4</sup> “Tomar medidas sérias para recuperar a nossa confiança”. (*Tradução livre*).

<sup>5</sup> “Vadia ou qualquer outra coisa”. (*Tradução livre*).

Valenti, com menos de dois meses de organização e um único dia de protesto, a marcha se tornou o maior e mais significativo movimento feminista dos últimos vinte anos (*Wisconsin State Journal*. Retrieved Jul 10, 2011, s/p). Desde sua repercussão, passeatas agrupadas sob o título de *SlutWalk* vêm sendo realizadas não somente no Canadá, como também nos Estados Unidos, Londres, na Alemanha, em Israel, Jerusalém, Portugal e, finalmente, no Brasil.

O movimento aporta em solo brasileiro ainda no ano de 2011, sob o título de Marcha das Vadias, por via da publicitária curitibana Madô Lopes, que, na ocasião, mobilizou cerca de seis mil pessoas por meio de uma página do *facebook*, das quais somente trezentas compareceram ao evento. Depois de Curitiba, foram organizadas Marchas nas principais cidades brasileiras, onde a movimentação continua a ocorrer seguindo o modelo da primeira marcha organizada por Madô: são anunciadas as passeatas via internet – mais comumente por meio do *facebook*, onde a data e local são designados. Depois de acertadas as minúcias, um grupo de pessoas se reúne e a marcha acontece reproduzindo, especialmente visualmente, o ocorrido no Queen's Park.

No entanto, de 2011 a 2015, algumas alterações paulatinas no *modus operandi* da MDV foram sendo constatadas. Tais mudanças dizem respeito, principalmente, à inserção de outros tipos de insatisfações no cerne de questões levantadas pela Marcha. Temas como a transfobia, homofobia, racismo, aborto e o empoderamento sobre o próprio corpo, figuram atualmente no discurso da MDV, que passa a acentuar outra forma de materialização discursiva. No lugar de placas e faixas, o corpo é tomado como suporte do discurso, expandindo o apelo visual do SW. Não sugerimos, no entanto, que o corpo estivesse ausente nos primórdios da Marcha, pelo contrário, o próprio ato de marchar e a configuração imagética do movimento produz efeitos de sentidos. Entretanto, aquele corpo que marchava mudo, ganha voz ao assumir-se por completo, ao sustentar a ideia de que “este é o meu corpo, e sob ele tenho domínio”. Este fato é concretizado pelo aumento do número de manifestantes que se utilizam do corpo pra expressar suas mensagens, e conseqüente declínio do número de cartazes. Além disso, a mudança de perspectiva está registrada pelo jargão “meu corpo, minhas regras”, e outras construções que marcam a inserção do corpo como tema central da Marcha<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Esta mudança é mais bem explorada no final do tópico 2 do capítulo II (Formação-Discursiva, Forma-Sujeito, Posição-sujeito).



Dessa maneira, o objetivo geral desta pesquisa é o de investigar os desdobramentos no discurso da MDV em relação ao SW. Levo em consideração, para tanto, o que Vinhas (2014), baseada em Haroche (1992; 2005), aponta como sendo a mudança atual na forma de subjetivação/individualização do sujeito de direito, uma expansão na materialização da coerção do Estado: da gramática (o sujeito é senhor de suas palavras) ao corpo (o sujeito é o senhor de si), o que observo nas condições de produção da Marcha pela já mencionada ascensão da temática do corpo (em detrimento da do estupro). Ao discutir o funcionamento da humilhação, Vinhas (2014, p. 14) considera a individualização do sujeito pelo Estado um mecanismo coercitivo, que o impede de revoltar-se contra a maquinaria estatal. Essa individualização acentua a humilhação ao isolar o indivíduo, ou melhor, ao torná-lo uniforme e mensurável, responsável pelo que diz; reduzir o indivíduo ao eu, e, conseqüentemente, ao corpo (VINHAS, 2014, p. 50).

Dentro desse universo teórico, a humilhação é sinônimo de impotência, e ela reduz o sujeito ao próprio corpo, ou seja, poda qualquer tipo de capacidade psíquica que proporcione reflexão, que induza à criatividade ou singularidade. Essa coerção é feita sob a égide de duas determinações, de um lado, a gramática, que torna o sujeito responsável pelo dito; e, de outro, a impossibilidade da tomada de consciência e da simbolização dos sentimentos. Nesse entendimento e sempre segundo Vinhas (2014), os sentimentos deixam de ser regulados pelo código e passam a ser associados à sensação, são corporificados. Essa corporificação do sujeito está vinculada ao Capitalismo e à sociedade de consumo (que compra emoções). Assim, a subjetividade é compreendida nesse paradigma, como a) interioridade inapreensível e indizível; e b) exposição de comportamentos observáveis.

Nesses moldes, encaro o processo de subjetivação (referido no título deste trabalho) como coligado à corporificação dos sujeitos, de maneira que um processo é indissociável do outro. Subjetivar-se é, necessariamente, corporificar-se. Além disso, a hipótese de Haroche, corroborada por Vinhas, explica o funcionamento da centralização do corpo que fez a MDV nos últimos anos, ao elegê-lo enquanto suporte do discurso, ou mesmo, encará-lo enquanto o próprio discurso. Parto assim da hipótese de que os deslizamentos de sentido encontrados na Marcha estão intimamente relacionados à forma como o sujeito do movimento feminista se inscreve na história, e o faço tanto pelo viés do discurso, da corporificação/subjetivação; quanto pelo eixo sociológico, da

congruência dos fatos históricos das diferentes fases (ondas) da teoria feminista, num só fluxo horizontal (*feminist sidestreaming*), ou quarta onda do movimento feminista (MATOS, 2010).

Para tanto, mobilizo os pressupostos teóricos da Análise de Discurso de inspiração pecheuxiana, com destaques à noção de sujeito e, conseqüentemente, forma-sujeito, formação discursiva e posição-sujeito. Nesse enquadramento, atendo-me às manifestações corpóreas desse sujeito, de maneira que considero o corpo no arcabouço teórico da psicanálise e da AD. A questão problema que norteia esta discussão é – corroborando com o postulado de Vinhas (2014) de que o real do corpo e o real da língua, em conjunção com as marcas ideológicas, constituem a subjetividade, num movimento que a autora designa como *Corpolinguagem discursivo* – analisar o funcionamento desse fenômeno num arquivo de imagens extraídas das Marchas das Vadias compreendidas entre 2011 e 2015, de maneira a a) apontar concretamente a mudança de foco da MDV pelo viés do processo de subjetivação/corporificação; e b) identificar nesse processo as marcas ideológicas deixadas no corpo pelo discurso.

Com relação ao arquivo e segundo Pêcheux (1993), a noção de arquivo pode ser explicada como um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão (1993, p. 57)”. Para Romão et. al (2011) o arquivo é um lugar discursivo que nos permite acompanhar as práticas discursivas realizadas na cultura, um lugar de observatório, “o que é muito mais do que considerá-lo como ‘corpus’” (2011, p. 16). Ainda segundo as autoras (2011), o arquivo não se reduz a sua materialidade, ele também concerne à forma como é observado e acessado, de modo que a entrada do analista no arquivo, a seleção do conteúdo a ser analisado, configuram já um primeiro movimento de análise. No caso do arquivo da Marcha, deparamo-nos, segundo Garcia & Souza (2015), com um arquivo em movência, em constante mutação devido à maneira como se arquiteta em ambiente virtual, com contribuições (comentários, postagens, compartilhamentos, denúncias, etc.) de incontáveis usuários, todos os dias.

As páginas investigadas na minha entrada neste arquivo foram o *Coletivo Marcha das Vadias – Recife; Marcha das Vadias – Recife; Marcha das Vadias Sampa;* e, finalmente, *Marcha das Vadias Curitiba;* de maneira a delimitar a infinidade de grupos e páginas existentes sobre o movimento. Como procedimento metodológico, procurei estabelecer relação entre as primeiras marchas e as mais recentes, em temas

mais ou menos estáveis, de forma que as pesquisas seguiram com as seguintes palavras-chave: corpo, aborto, e estupro. Além disso, como meu intuito era o de analisar escrituras e expressões no corpo das manifestantes, interessaram-me as postagens que contivessem imagens dos manifestos e/ou relativas a eles.

Assim, e de maneira geral, o trabalho é arquitetado de forma que o primeiro capítulo se destina a tracejar um panorama teórico e sócio-histórico da Análise de Discurso na França, abordando alguns de seus conceitos-chave e introduzindo a temática do sujeito nos estudos discursivos. Em um segundo momento, aprofundo o tratamento do sujeito ao dissertar sobre forma-sujeito, formação discursiva e posição-sujeito, além de remontar às origens do sujeito feminista, alargando a concepção sobre as suas ondas, e vinculando-as ao discurso da MDV. Por seu turno, o terceiro capítulo deste texto tratará aprofundadamente da noção de corpo e de sintoma ideológico para os estudos discursivos e psicanalíticos, e, finalmente, à análise do arquivo. Por esses meios, este trabalho se torna relevante por considerar outras formas de tratamento do corpo, que não aquelas vinculadas à ideia de ele ser meramente uma materialidade (cf. ORLANDI, 2004, 2006; BALDINI & SOUZA, 2012), caminhando na direção de tratá-lo como expressão própria da subjetividade (cf. VINHAS, 2014, 2015), compreendendo sua natureza psicanalítica e discursiva (cf. FERREIRA, 2011).

# CAPÍTULO I

## Condições Teóricas da Análise de Discurso

Este primeiro capítulo estabelece um breve percurso teórico e sócio-histórico da constituição da Análise de Discurso na França. São investigadas as raízes que formataram o tripé Linguística, Materialismo Histórico e Psicanálise. Alguns conceitos chave da teoria são discutidos, em especial a noção de sujeito, essencial para o desenvolvimento da pesquisa.

### 1. De Saussure a Pêcheux, um breve percurso do sujeito

O discurso pode ser explicado como um latente já-dito, uma linha tênue que costura os enunciados, e que apesar de se encontrar com outros fios em alguns pontos, deixa buracos, aberturas que demonstram que a linguagem não é completa, apesar de sistêmica. A falha, a falta, o não-sistematizado é tão importante para a estrutura quanto a organização que confere à língua o caráter de conjunto, de arranjo, um todo que comporta em si o não-todo. Daí decorre o pensamento de que a linguagem é opaca e não transparente; e a célebre leitura do filósofo francês Michel Pêcheux (1969/1997) segundo a qual a completude, o fechamento é um *efeito* enquanto a homogeneidade é uma *ilusão*.

Todos esses postulados convergem pra um só fluxo de pensamentos considerados pós-saussurianos<sup>7</sup> que problematizam, em maior ou menor grau, as ideias propostas por Ferdinand de Saussure e formatadas por seus discípulos Charles Bally & Albert Sechehaye no fim do século XIX. Essas ideias, que marcam o estruturalismo linguístico na Europa, influenciaram e foram influenciadas pela maneira com a qual se fazia ciência nessa época; o estudo da língua, outrora associado a demais áreas do

---

<sup>7</sup> Apesar de muitos dos postulados “pós-saussurianos” terem sido escritos contemporaneamente à publicação do *Cours de linguistique générale* como é o caso das ideias bakhtinianas que por mais que tenham sido popularizadas na década de 1970, já haviam sido escritas desde meados da década de 20. Assim, o termo “pós-saussuriano” designa aqui diferentes teorias e perspectivas concebidas no começo do século XX, que apontam para um horizonte teórico diferente daquele que propôs Saussure, por considerarem questões como subjetividade, historicidade e ideologia, deixadas à margem pela corrente estruturalista altamente expressiva e dominante até meados de 1967.

conhecimento como a fenomenologia, o psicologismo e a hermenêutica, teria de “delimitar-se e definir-se por si próprio” (SAUSSURE, 1916/2006, p. 13). Esse ideal refletia fortemente os pensamentos positivistas de Auguste Comte os quais levaram Saussure a conceber uma *Ciência Linguística* separada dessas áreas conexas. No processo de firmar a linguística como ciência Saussure buscou maneiras de excluir do cerne de discussões instauradas no *Cours de linguistique générale* (1916) os sujeitos falantes, elementos suscetíveis de perturbar a análise do objeto científico, que deveria corresponder a uma língua uniforme, objetivada e completa. Essa exclusão se deu por intermédio do corte entre a *langue*, o sistema linguístico, e a *parole*, o comportamento linguístico que varia de acordo com cada falante sendo, portanto, subjetivo.

Saussure reconhece assim o lugar da *parole* e sua importância para o sistema linguístico, mas opta exclusivamente pela análise da *langue*, a contraparte coletiva, abstrata e mais estruturada da língua, uma vez que “nada existe de coletivo na fala; suas manifestações são individuais e momentâneas” (SAUSSURE, 2006, p. 28). Organizando o que havia de universal na língua Saussure discutiu conceitos basilares e alicerçou a Linguística moderna, apesar das fissuras internas. A tendência estruturalista de considerar o objeto da linguística pelo viés dos elementos abstratos, formais e sistêmicos em detrimento dos interacionais e ideológicos é continuada na Europa pela Escola de Praga (com destaques ao trabalho de Nikolai Trubetzkoy, em especial na área da fonologia), e por autores como Franz Boas, Edward Sapir, Benjamin Lee Whorf e Leonard Bloomfield nos Estados Unidos; muito embora, segundo a filósofa da linguagem Barbara Weedwood (2002), a linha americana tenha-se preocupado menos com a descrição de uma teoria geral da linguagem humana e mais com a “incomparabilidade estrutural das línguas individuais” (WEEDWOOD, 2002, p. 130), sobretudo as ameríndias, aproximando-se de correntes de pensamento antropológicas e psicológicas comportamentais, a exemplo do behaviorismo de psicólogos como Wilhelm Wundt e Burrhus Frederic Skinner.

Dentro do quadro de teorias essencialmente estruturais vale destacar ainda a contribuição de Avram Noam Chomsky que apesar de romper com a corrente estruturalista europeia e os estudos behavioristas de seus antecessores americanos, postulando haver uma competência que permite aos falantes produzir e reconhecer novas sentenças e estruturas profundas da gramática, objetiva apenas a descrição das regras que governam essa competência. Os estudos de Chomsky avançam numa direção

mentalista, situando a linguística como disciplina capaz de contribuir com o entendimento da mente humana por meio da investigação dos universais linguísticos. A publicação de *Syntactic Structures* (1957) é um divisor de águas na história da linguística do século XX. Na teoria de Chomsky, entretanto, não há espaço para a investigação da língua como atividade social, sujeita à pressão da ideologia.

No segmento dos autores que consideram o funcionamento da língua em sociedade, na acepção da analista de discurso Marisa Grigoletto (1998), podemos destacar o trabalho que realizou Émile Benveniste no primeiro volume dos seus *Problèmes de linguistique générale* (1966/1978) ao abandonar o ideal estruturalista de que haveria uma relação direta entre o sentido e a referência, entre a linguagem e o mundo, supondo haver aí uma figura intermediária na produção do sentido – o sujeito, inscrito na língua no ato da enunciação e que lança mão de estruturas da língua “nas quais se inscreve a subjetividade, isto é, a possibilidade de o sujeito se apresentar como eu” (GRIGOLETTO, 1998, p. 37).

Benveniste passa a pensar então no funcionamento da enunciação: uma instância de mediação entre a *langue* e a *parole*, uma apropriação individual do sistema compartilhado de códigos e regras internalizadas num ato de fala eminentemente interativo, uma vez que prevê um eu, um tu e um ele (a categoria de pessoa), assim como um determinado espaço e um tempo distinto. Da mesma maneira, o fato de Benveniste conceber a enunciação como logicamente pressuposta pelo enunciado nos fez perceber que existe sempre um *tu* a quem um *eu* se dirige. Esse tu pode ser pressuposto por um eu implícito (um enunciador): um tu enunciatário; por um eu explícito, marcado no enunciado (um narrador): um tu narratário; ou, finalmente, por um eu enunciado pelo narrador (um interlocutor): um tu interlocutário.

Dessas colocações de Benveniste a respeito da categoria de pessoa interessa destacar o deslocamento da noção de língua enquanto objeto passível de ser analisado separadamente do indivíduo, como acreditavam os estruturalistas de inspiração saussuriana, para uma análise linguística feita a partir da situação de enunciação. Se pensarmos em termos discursivos, este espaço da enunciação era então para Benveniste o fenômeno temporal da troca, do estabelecimento do diálogo; muito embora a noção de enunciado postulada pelo autor seja o resultado de um ato individual (e não dialógico) sendo assim isenta de determinações externas, como a histórica, por exemplo. Para

autores como Grigoletto (1998) essa isenção marca também a unicidade do sujeito, já que carrega consigo a ilusão da individualidade do ato de fala.

É pensando nessa pseudoindividualidade do ato de fala que Michel Pêcheux, em sua *Análise Automática do Discurso* (AAD, 1969/1997a), delinea uma nova maneira de se conceber a questão da subjetividade, essencialmente diferente daquela encontrada em Benveniste – que suponha um sujeito psicológico, uno, na origem do discurso e no controle de seu sentido. O sujeito em Pêcheux surge do entrecruzamento entre duas instâncias: de um lado a psicanálise, ao passo que desconstrói essa suposta unicidade do sujeito pelo viés da relação com o inconsciente e o imaginário; e, de outro, o marxismo, por considerar que o material (nesse caso o linguístico) estaria em constante diálogo com o sócio-histórico e o ideológico.

No que tange à primeira dessas instâncias, a subjetividade pecheuxtiana explora os estudos psicanalíticos pós-freudianos de Jacques Lacan (1954/1985), que concebem o sujeito como uma imagem à qual me identifico e na qual me reconheço, mas que não representa necessariamente o que eu sou, na medida em que, entre o que eu penso e o que eu sou, há uma abertura que permite que eu possa ser, a todo instante, outro. Esse sujeito descentrado, dividido, coloca-se assim distante do sujeito consciente não somente porque não é completamente livre e dono de si, mas principalmente pelo fato de ele não coincidir com o eu; o eu “não é [eu], não é um erro, no sentido em que a doutrina clássica faz dele uma verdade parcial. Ele é outra coisa - um objeto particular dentro da experiência do sujeito” (LACAN, 1985, p. 62-63).

Assim, na concepção lacaniana, o eu é um objeto e significa dentro de um sistema simbólico, e por isso mesmo eminentemente representativo, o eu é um *outro*. Dessa forma, o sujeito pode (ou não) reconhecer-se nesse outro representado no discurso assumindo-o como representação do ego; o eu enquanto símbolo preenche uma *função imaginária* na constituição do próprio sujeito. A concepção de função imaginária é determinante para a noção pecheuxtiana dos *esquecimentos número um*, segundo o qual o sujeito pensa ser a origem do seu discurso, e *número dois*<sup>8</sup>, a impressão de que as palavras só podem significar inseridas num paradigma determinado

---

<sup>8</sup> Ambos os conceitos serão melhor desenvolvidos adiante neste texto, quando já tiverem sido formuladas as considerações sobre a ideologia e o interdiscurso, decisivos para a compreensão do funcionamento desses esquecimentos ou ilusões.

pelo sujeito, assim como a volta desse sujeito sobre uma dada sentença, no intuito de explicitá-la, ao que se acostumou chamar de metaenunciação.

Esse sujeito ávido por encontrar-se, por (re)conhecer-se, tem sua contraparte constituída à luz da teoria marxista, mais especificamente segundo o método de conhecimento da sociedade determinado pelo *materialismo histórico*; conceito inicialmente discutido por Karl Marx & Friedrich Engels no conjunto de suas obras *Das Kapital* (1867-1905)<sup>9</sup>. Segundo Marx (2010), a consciência humana se transforma a cada modo de produção, determinando a maneira como a razão vai compreender e interpretar os diferentes fatos das condições materiais de produção em cada época da história. Nesses moldes, as condições históricas produzem as ideias. O pensamento marxista concebe a sociedade como sendo fruto das divisões sociais do trabalho, da luta entre as classes. Daí a afirmação de Marx & Engels (1848) de que a história de todas as sociedades tem sido a história da luta de classes, dessa contradição entre o proprietário e o não-proprietário, iminentemente dialética.

Assim, no seio dessa concepção marxista, a história é determinada por “condições materiais” (relações sociais de produção), além de influenciar no modo como os seres humanos raciocinam nos diferentes períodos e conjunturas. É dessa relação da história com o material que surge o termo “materialismo histórico” para designar essa vertente conceitual. Nesse sentido, a história é um processo de transformações sociais motivadas pela contradição existente entre as forças produtivas e os meios de produção. Na concepção de Chauí (2000) esses conflitos entre os proprietários e não-proprietários são também a gênese do Estado.

Para esta autora, os conflitos entre as classes parecem ser uma disputa entre os interesses globais e os individuais, mas, na verdade, onde há propriedade privada, há interesse privado, e não pode existir interesse global. No entanto, os proprietários partilham de interesses comuns, como a manutenção do seu poder de dominação, e por isso formam parcerias que têm por objetivo regular as relações entre os detentores da riqueza e a classe trabalhadora, não de maneira declarada, o que poderia gerar revoltas,

---

<sup>9</sup> Contudo é controversa a inserção do quarto livro de *Das Kapital* no conjunto das três outras obras. As *Teorias da Mais-Valia - A história crítica do pensamento econômico – Livro 4 de O Capital* (1905) foi editado por Karl Kautsky após a morte de Friedrich Engels em 1895. A sua primeira tradução para o inglês não o integra nos volumes iniciais enumerados de I a VI (livros de 1 a 3), e sim numa numeração própria de I a III. Associado a isto está o fato de a obra ter sido editada muito tempo depois da expansão da teoria econômica marxista; daí ser comum encarar o quarto livro apenas como auxiliar da leitura do primeiro, o que por vezes não inclui sua data de publicação na bibliografia do *Capital* (1867-1894).



mas de forma que este poderio aparente estar correto, legítimo e válido para todos. Daí a gênese do Estado, poder separado da sociedade, “portador do direito e das leis, dotado de força para usar a violência na repressão de tudo quanto pareça perigoso à estrutura econômica existente” (CHAUÍ, 2000, p. 538). Nesse sentido, os trabalhadores podem vir a rejeitar um poder autoritário encarnado, visível, mas não um poder que se apresente distante e impessoal, e que zele pelo bem estar da população, sua justiça e ordem; aceitam a dominação, pois a concebem como não-autoritária. O Estado *não é*, mas *aparenta ser*. Dito de outro modo, ele instaura uma imagem favorável, uma **ideologia** que permite a unificação e identificação social, que encobre a luta de classes, nega as desigualdades sociais e, enfim, identifica o Estado como originário do contrato entre homens livres e iguais.

Segundo Chauí (2000), a ideologia é um universal abstrato, uma representação genérica da sociedade realizada pelo seu segmento pensante, segmento que é, por sua vez, fruto da divisão social do trabalho braçal versus o trabalho da mente. Como a natureza da classe pensante é a de dominar o grupo não-proprietário, uniformizar o seu pensamento, a ideologia é pensada para não corresponder à realidade concreta, que é conflituosa; na ideologia não existe relação entre capitalistas e trabalhadores, mas relações do Homem com os Aparelhos Ideológicos do Estado. Isso neutraliza, por exemplo, o efeito de consciência particular em prol das ideias pregadas por instituições maiores que o cidadão, como próprio Homem, a Pátria, o Exército, a Escola, etc., instituições que têm por função assegurar o que Althusser denomina “sujeição à ideologia dominante” (ALTHUSSER, 2001, p. 22). Para este autor, o mecanismo pelo qual a ideologia leva o agente social a reconhecer o seu lugar é a sujeição social, um mecanismo com duplo efeito já que “o agente se reconhece como sujeito e se assujeita a um Sujeito absoluto” (2001, p. 8).

Essa sujeição seria basicamente a crença numa abstração que, apesar de depurada, não corresponde à realidade concreta, como, por exemplo, aquela que prediz a existência de um “sujeito de direito”, um cidadão que é desde o nascimento um sujeito importantíssimo para o funcionamento do Estado, uma vez que a ideologia estatal prega uma igualdade de direitos e ação entre os homens livres. Pelo que foi exposto sabemos que para a concepção marxista é a dialética, o conflito entre os proprietários e não-proprietários que origina o Estado, logo, os interesses do Estado não comportam o geral, mas o individual dos detentores da propriedade privada. Para que então dizer que todo

cidadão é um sujeito de direito? A pretensão é individualizá-lo, fazê-lo crer que possui mobilidade plena e que, além de estar legalmente assegurado de todo e qualquer ato desleal para consigo, age no interior do sistema estatal, não só participando dele, como o constituindo como sistema, ilusão que corresponde a dizer que “toda ideologia interpela os indivíduos concretos como sujeitos concretos” (ALTHUSSER, 2001, p. 98).

A ideologia então, para Althusser (2008), está intimamente ligada ao imaginário, não se colocando como algo exterior, mas sim entre o sujeito e a realidade, o que produz uma deturpação na visão de mundo do sujeito. Para o autor (2008), a ideologia representa a conexão entre as relações imaginárias do indivíduo com as relações reais em que vivem, o que nos leva a concluir que o sujeito se reconhece como eu em função da alienação no imaginário. É nesse sentido que figura o processo de interpelação do indivíduo em sujeito, na constituição de uma identidade que se completa quando o sujeito enuncia a partir do lugar do eu. Para Pêcheux (2009) este é o sujeito ideológico vinculado ao sujeito de direito, “aquele que entra em relação contratual com outros sujeitos de direito; seus iguais” (PÊCHEUX, 2009, p. 140).

Vale ressaltar que o processo de interpelação pretende assegurar que o sujeito reproduza as condições de produção ligadas à ideologia dominante, o que garante a consonância entre os Aparelhos Repressivos de Estado (doravante ARE), aqueles que funcionam com base na violência, não necessariamente física, “as exigências da prática jurídica, as prisões, a polícia, os tribunais, as forças armadas, o chefe de Estado, o governo e a administração, força de execução e de intervenção repressora” (ALTHUSSER, 2008, p. 260); e os Aparelhos Ideológicos de Estado (doravante AIE), um certo número de instituições distintas e especializadas, que atuam tanto em espaços públicos quanto privados, responsáveis pela manutenção do processo de interpelação ideológica. Para Courtine (2009) é por meio desses processos garantidos pelos aparelhos que a reprodução se encontra materialmente assegurada.

Nesse sentido, a ideologia e sua expressão por intermédio dos AIE e ARE, nos faz crer que somos de fato sujeitos livres, donos de nós mesmos e de nossos dizeres, quando, na verdade, somos assujeitados por ela, interpelados como livres, para que nos submetamos livremente à dominação de um sujeito superior, um “Sujeito” nos termos

althusserianos (2001, p. 113). A este sujeito assujeitado costumou-se associar a designação de “sujeito da ideologia”, a contraparte social do sujeito pecheuxtiano, descentrado pelo inconsciente, interpelado em discurso pela ideologia, histórica e materialmente revestido pela linguagem – na concepção marxista do termo –, e, finalmente, em constante contradição consigo por ser um e ser outro ao mesmo tempo.

O percurso que realizei ao remontar, ainda que brevemente, a categoria do sujeito desde Saussure à Pêcheux se deu no intuito de tentar compreender de que maneira a arquitetura desse conceito se deu no interior da AD. Pêcheux, afinal, buscava arquitetar uma teoria não subjetiva da subjetividade, e é por intermédio da expansão dessa noção para além do viés linguístico, da irrupção das barreiras disciplinares, que ele funda a Análise Discurso. A ausência do sujeito no cenário estruturalista é explicada pela necessidade de se separar a linguística do psicologismo, da hermenêutica, enfim, toda disciplina subjetivista e toda sorte de fatores que pudessem perturbar o objeto teórico central de Saussure, a língua. Essa noção de sujeito é resgatada por Pêcheux que descentra a figura do sujeito uno pela cisão do inconsciente e a confere a função de intervir na linguagem, na esteira da materialidade linguística e sócio-histórica. O quadro teórico-epistemológico da AD se coloca assim na fronteira das grandes divisões disciplinares, situando, como afirma Ferreira (2005, p. 41), seu objeto (o discurso), no entremeio de áreas que não a definem, mas a ajudam a articular-se.

## **2. Caracterizando a Análise de Discurso**

Com a arquitetura de uma categoria do sujeito em diálogo com a psicanálise e o materialismo histórico, Pêcheux buscou desautomatizar a relação dos sujeitos com a linguagem, e, para tanto, instaurou um campo de questionamentos no interior da própria linguística, problematizando não só temas pouco explorados pelo segmento saussuriano, como o próprio sujeito e sua relação com a história; mas também conceitos já cristalizados, como a noção de língua e a construção do sentido.

Ao invés da ideia de língua como sistema de signos ou códigos de transmissão de informações, a língua para a AD é encarada enquanto cadeia material onde se inscreve o discurso, o lugar de materialização dos sentidos advindos das práticas

sociais. Dessa maneira, o sentido não estaria necessariamente no sistema linguístico, como apontavam os estudos saussurianos, mas no processo de produção do simbólico, afetado pelo sócio-histórico. Uma vez que a história, no seio do materialismo histórico, é determinada pela forma como a consciência humana vai compreender e interpretar os fatos das condições materiais de produção em cada época, não se pode falar em uma história sequencial, com um sentido estanque, preso a uma determinada cadência de fatos históricos; mas efeitos de sentido que se constroem no processo discursivo. O discurso, por seu turno, não é mensagem ou fala, mas um objeto teórico constituído pelos sentidos que são historicamente produzidos nas práticas sociais. É no discurso, neste lugar de observação da relação do material da língua com a ideologia, que são produzidos os efeitos de sentido entre os interlocutores.

Este sentido, por sua vez, teria de ser exposto não somente a partir de uma análise de conteúdos, mas pela identificação de formações, objetos e processos discursivos, a fim de se discutir os dispositivos ideológicos que atravessam os textos e se mostram para o analista por intermédio da falha, do esquecimento, do não-dito da língua. Tal prática de se repensar estruturas solidificadas e identificar os significados implicados nas suas lacunas, reorientando os conceitos não só linguísticos, mas também filosóficos e sociológicos para um viés desconstrucionista e, ao mesmo tempo, sócio-histórico, foi utilizada não só por Pêcheux, mas por pensadores contemporâneos a ele, tais como Jacques Derrida (cf. *De la grammatologie*, 1967), Michel Foucault (cf. *L'Archéologie du savoir*, 1969); Roland Barthes (cf. *L'Empire des signes*, 1970) e todo um grupo de intelectuais franceses influenciados pelo grande apelo que obteve o discurso esquerdista numa França pós-revolução de 1968, evento conhecido como “Maio de 68”.

Para o historiador paulistano Alberto Aggio, em sua “Revolução e Democracia no nosso tempo” (1999), o movimento de 1968 não foi exclusivamente francês, mas certamente obteve maior força de combate na França, quando mais de nove milhões de trabalhadores se uniram à frente de estudantes que lideravam uma série de revoltas contra o então presidente Charles De Gaulle, promovendo a maior greve trabalhista da Europa. Indignados com a educação francesa, esses estudantes foram às ruas como forma de protesto, onde foram violentamente espancados por policiais armados, fato que fez com que o *Parti Communiste Français* (PCF) apoiasse publicamente a causa, endossando o manifesto, estendendo-o para as camadas trabalhistas e alargando a

indignação com o segmento educacional para com toda a estrutura política da França naquela época. As pessoas não protestavam somente pela garantia dos direitos educacionais ou trabalhistas, mas, sobretudo, pelo próprio direito de manifestar-se, de assumir uma posição política e por em causa qualquer tipo de insatisfação, sem que fosse necessário o uso da força bruta. O modo como o protesto foi encaminhado, inicialmente sem um único centro estruturante, e posteriormente com o apoio do PCF fez com que o levante ficasse conhecido por ser anarquista e anticapitalista. Contemporaneamente ao Maio de 1968 movimentos de insatisfação política, igualmente anticapitalistas, também aconteciam tanto na América do Norte com o advento do "Black Panther Party"<sup>10</sup>, quanto no Brasil, com o "Movimento dos Cem Mil"<sup>11</sup> e outros ataques estudantis à ditadura militar.

É nesse momento de furor político que a *Análise de Discurso* de Pêcheux<sup>12</sup> surge como uma ação intervencionista intuindo combater o até então excessivo pensamento formalista "visto como uma nova facção de tipo burguês", nas palavras da analista de discurso Maria Cristina Leandro Ferreira (2005a, p. 40). A filiação de Pêcheux ao pensamento anticapitalista e althusseriano-marxista é demonstrada não só pelo já referido materialismo histórico, ou o assujeitamento a os Aparelhos Ideológicos de Estado, mas também pelo vínculo à ideia de formação social para a concepção de *formação ideológica*. Essa noção é amplamente discutida hoje sob a ótica de diferentes perspectivas, desde a lógica do multiculturalismo, a exemplo do filósofo esloveno Slavoj Žižek (cf. "Društvo za teoretsko psihoanalizo", 2010); até a heterogeneidade ideológica nas relações sociais pós-modernas, por via de pesquisadores da linguagem como Maurício Beck, Phellipe Marcel e Rodrigo Fonseca (cf. "O marxismo de Michel Pêcheux", 2012). Para a constituição do conceito pecheuxtiano de formação ideológica é igualmente relevante a noção marxista que preconiza a existência de um conflito entre as diferentes formações sociais, a exemplo da luta entre as classes proprietárias e não-proprietárias.

---

<sup>10</sup> Associação política norte-americana de inspiração socialista ligada ao nacionalismo negro.

<sup>11</sup> Uma série de passeatas e manifestações populares encabeçadas pelo movimento estudantil do Rio de Janeiro entre 18 e 26 de junho de 1964. O movimento ganhou repercussão após a morte de estudantes à queima roupa pela polícia militar, o que fez com que a insatisfação contra a ditadura se acentuasse.

<sup>12</sup> A referência é à dupla fundação da *Análise do Discurso*, alcunha utilizada tanto por Pêcheux quanto por Jean Dubois. Ambos os autores tratam de discurso, mas mobilizam conceitos distintos, e os operam de maneira diferente.

Ao revisarem a obra teórica que inaugura a Análise de Discurso Francesa (doravante “AD”)<sup>13</sup>, a AAD-69, Pêcheux, em parceria com a linguista francesa Catherine Fuchs (“A propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas”, 1975/1997) afirmam que a relação que se estabelece entre as formações sociais é constituída de divergências entre as suas posições políticas e ideológicas, afronta que se dá até mesmo dentro dos aparelhos ideológicos; cada formação social abrigaria assim uma ou várias formações ideológicas, distintas umas das outras, e diretamente ligadas às posições de classe inseridas nessa luta.

Ainda segundo Pêcheux & Fuchs (1997) essa relação entre a ideologia e o discurso deve ser encarada nos moldes do parentesco apresentado entre gênero e espécie, podendo-se afirmar que a “espécie discursiva”, a instância menor, pertence ao “gênero ideológico”, maior e mais amplo. O discurso é nesses moldes uma manifestação da ideologia, seu aspecto material. Uma vez que o discurso é materialização da ideologia, não se pode pensar em formação ideológica isenta de discurso. Cada formação ideológica, ou seja, cada postura e representação filiada a determinadas posições sociais e políticas, comporta uma ou várias *formações discursivas* (doravante FDs) que articulam o que pode ou não ser dito a partir de determinados “fatores” intrínsecos à conjuntura na qual se estruturam essas formações. No caso da MDV essas especificações correspondem à relação conflituosa com o machismo perpetuado pela ideologia que rege o discurso moralista. De um modo geral, essas características determinam os modos de produção de um discurso, histórica e ideologicamente condicionados. A esse conjunto de fatores que podemos considerar como sendo “externos” à superfície linguística de um discurso, leia-se o seu lugar de concretização, Pêcheux & Fuchs (1997) atribuem o termo condições de produção.

---

<sup>13</sup> Nesse enquadramento, vale destacar que daqui em diante quando utilizarmos a expressão “AD” estaremos nos reportando a esta corrente de estudos francesa, em contraposição a outras teorias de discurso, como por exemplo, a vertente Crítica de Norman Fairclough (*Discourse and Social Change*, 1992; *Critical Discourse Analysis*, 1995). Essa vertente adota uma perspectiva mais intervencionista sobre a instância discursiva, uma vez que busca analisar onde os discursos circulam e de que forma se estruturam, almejando sempre instaurar deslocamentos práticos. A tradição francesa, por sua vez, se interessa pela análise do material linguístico com vistas a entender de que forma os discursos se constroem e são distribuídos na sociedade, além de como eles falam sobre nós, sobre a história, e sobre as suas condições de produção. Contudo, não cabe ao analista de discurso vinculado à escola francesa intervir nessas produções, a exemplo do que acontece com o analista fiel à vertente crítica.

O conceito de condição de produção aparece ainda num primeiro momento de desenvolvimento da teoria do discurso, contudo, é nesta segunda fase<sup>14</sup> que Pêcheux & Fuchs (1997) dão indícios do que seria a relação entre as condições de produção e o conjunto de discursos possíveis em seu interior, esboçando o que seria posteriormente tratado como “interdiscurso”, um leque de possibilidades discursivas as quais um dado objeto discursivo filia-se mnemonicamente, um diálogo entre um discurso dado e um já-dito que está na base de constituição dos processos discursivos.

Para exemplificar de que maneira articulamos esses conceitos, cabe discutirmos a perspectiva tomada aqui enquanto “método de análise”. O nosso objeto, como anteriormente mencionado, são as inscrições no corpo das manifestantes da MDV; essas escrituras foram observadas em fotografias da última Marcha realizada na cidade do Recife que figuram num arquivo que compreende as Marchas realizadas em Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba entre 2011 e 2015. Interessa destacar que minha análise incluiu identificar, num primeiro momento, a superfície linguística do discurso da MDV, em sua materialização no corpo. Essa superfície precisou ser, nos termos de Pêcheux e Fuchs (1997) “de-superficializada” (1997, p. 181), ou seja, foi necessário expor que a disposição dos elementos nessa materialização não é aleatória, ou um processo completamente consciente do sujeito, mas sim histórica e ideologicamente determinada. O sujeito não utiliza essa construção em detrimento daquela porque deseja, posto que é condicionado a enunciar dessa forma.

A isso significa anular o efeito do esquecimento nº 2, o que prediz um sujeito integralmente conhecedor dos múltiplos sentidos que pode assumir o seu discurso. A direção que trilhamos, ao desmistificar esse primeiro efeito ilusório, foi construir um objeto discursivo que nos serviu de objeto de análise. Em posse desses dados, restou averiguar as formações ideológicas e discursivas de nosso objeto discursivo, o que

---

<sup>14</sup> .Apesar de fazer referência à categorização evolutiva da AD, destaco que não me apropriarei desta divisão em fases, por acreditar que a teoria do discurso nunca acaba de se reinventar e expandir. Engessá-la em ciclos não me parece justo com o trabalho que os estudiosos em AD vêm cultivando desde a sua criação. De toda sorte, e para fins didáticos, a divisão é feita pelo próprio Michel Pêcheux (“Análise de Discurso: Três Épocas”, 1983) em três fases distintas, quais sejam “AD-1”, ou primeira fase, marcada pela publicação da AAD-69, e que delimita o terreno da AD na França, muito embora deixe em aberto questões acerca da concepção de sujeito e do papel da linguística na análise discursiva. “AD-2”, a segunda dessas fases, inaugurada tanto pela discutida “Atualização e Perspectivas” de 1975, quanto pela publicação de “*Les vérités de la Palice*” no mesmo ano. E, por fim, a terceira e última dessas fases, “AD-3”, é conhecida por três publicações de 1981, “*Matérialités discursives*”; “*Ouverture du colloque*”; assim como “*La Langue introuvable*”, em parceria com Françoise Gadet. Nessa última fase Pêcheux aprofunda o conceito de sujeito e de alteridade (por via da psicanálise), assim como o de enunciação (sua implicação para o discurso, heterogeneidade enunciativa) e interdiscurso, esboçados nas duas fases anteriores.

revela as possíveis filiações dos sujeitos (forma e posições-sujeitos) a determinados discursos. Esse ato analítico igualmente desmistifica a segunda das ilusões constitutivas do sujeito pecheuxtiano, o esquecimento que prediz um sujeito uno, na origem do discurso e no controle de seu sentido, chamado esquecimento nº 1. Nessa perspectiva, o intradiscurso, a formulação horizontal do fio do discurso do sujeito, relaciona-se interdiscursivamente com outro (intra)discurso previamente construído, através de formações discursivas que refletem diferentes filiações ideológicas e posições dos sujeitos. Percursos como esse refletem o que ocorre com o sujeito do discurso, dividido em identificar-se com um outro eu, pelo viés do esquecimento nº 2, e assujeitado por um “Outro” do inconsciente do esquecimento nº 1.

Deste breve passeio por alguns dos conceitos-chave da Análise de Discurso, importa ressaltar, de fato, que a AD não trabalha com o mesmo conceito de língua da Linguística. Para o analista de discurso, não existe a dita língua da transparência e da imanência, e sim a língua da falha, da opacidade, do não-sistematizado, “da indefinição do direito e avesso, do dentro e fora, da presença e ausência” (FERREIRA, 2005, p. 42); daí a ruptura com a linguística e com o tratamento da língua e do sujeito como noções homogêneas. Assim, desde a origem, a ideia de fechamento foi descartada do escopo da AD. Na lógica da teoria, existe sempre um buraco, um espaço por onde passam a alteridade e a novidade; a incompletude é o centro de onde parte o lugar do sujeito, incompleto, desejante de tapar esses buracos na sua estrutura psíquica.

O sujeito aqui, como ressaltamos anteriormente, não é aquele empírico, mas uma categoria analítica, um espaço em branco a ser preenchido pelas posições-sujeito determinadas pelas condições das FDs no momento em que o sujeito é assujeitado, é inscrito no plano do discurso pelo viés da ideologia, sua contraparte teórica (inconsciente / ideologia, revestidos pela linguagem e nela materializados). Este sistema complexo que comporta a falha, o não-sistemático, vai se propor a trabalhar, segundo Pêcheux (1997), numa conjunção entre historicidade, interdiscursividade e sistematicidade, de maneira a analisar os espaços discursivos das transformações de sentidos. Dessa maneira, trataremos aqui de analisar tais transformações de sentido no interior do discurso da Marcha das Vadias, em relação com seu movimento originário, *SlutWalk*.



## CAPÍTULO II

### O sujeito feminista

Este capítulo se destina a aprofundar questões relativas ao sujeito em Análise de Discurso e ao funcionamento desse sujeito no interior do movimento feminista. A primeira seção discute a forma-sujeito, as formações discursivas e as posições-sujeito, além de inserir questionamentos relativos ao processamento desses pressupostos teóricos com base na MDV e *SlutWalk*. Por fim, a segunda seção remonta a história do sujeito feminista com vistas a elucidar de que maneira ele se relaciona com o movimento e com a própria sujeição à Marcha.

#### 1. Formação Discursiva, Forma-Sujeito, Posição-Sujeito

O conceito de Formação Discursiva (doravante FD), conforme apresentado por Pêcheux & Fuchs (1975/1997) retoma a noção de FD discutida por Foucault (*L'Archéologie du savoir*, 1969), muito embora o faça de maneira a considerar a ideologia e as formações ideológicas. Segundo Pêcheux e Fuchs (1975/1997), as formações discursivas determinam o que pode e deve ser dito em determinada conjuntura sócio-histórica. Em outras palavras, essas formações organizam internamente os dizeres que circulam externamente, no plano da ideologia, ou mais precisamente, nos diferentes complexos de “atitudes e representações” (1997, p. 166), que constituem as formações ideológicas. As FDs são, assim, o lugar por onde o sujeito acessa os sentidos oriundos de determinada FI, e também o lugar onde esta se materializa, já que as FDs representam na linguagem, segundo Pêcheux (1975/1997), suas formações ideológicas correspondentes.

Pêcheux & Fuchs (1997) afirmam que uma dada sequência só produz sentido quando filiada a uma FD, o que também justifica o fato de construções iguais obterem sentidos diferentes. Ainda para os autores (1997) o mecanismo de funcionamento das FDs na ordem do discurso é semelhante ao das FIs na ordem do interdiscurso, naquilo que Pêcheux (1997) designou como sendo o todo complexo com dominante das FDs, o

espaço onde circulam todos os sentidos. Dessa maneira, as Formações Discursivas figuram no interdiscurso, daí serem elas o lugar por onde o sujeito, ou, mais precisamente, a Forma-Sujeito acessa (pelo viés da lembrança / esquecimento) os sentidos.

A Análise de Discurso opera com a ideia de que o lugar de sujeito não é vazio, mas preenchido por aquilo que Pêcheux (1975/2009) denomina forma-sujeito (sujeito do saber), instância que permite ao sujeito inscrever-se numa determinada FD, identificando-se com ela e constituindo-se, assim, como sujeito. Formula Pêcheux (2009) que a interpelação do indivíduo em sujeito se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina, processo que ocorre pelo viés da ideologia. Destarte, podemos afirmar que o sentido só se produz pela relação do sujeito com uma determinada forma-sujeito, organizadora da formação discursiva.

Para Pêcheux (2009), existem três modalidades de tomada de posição no interior da FD. A primeira delas se dá pela superposição do sujeito com a forma-sujeito, e resulta na plena identificação do sujeito enunciator com o do saber, de maneira a reduplicar a identificação com a formação discursiva, o que ele denominou discurso do *bom sujeito*. No entanto, e já apontava o próprio Pêcheux, não existe ritual sem falhas, “não há dominação sem resistência” (PÊCHEUX, 2009, p. 281). A tomada de posição do bom sujeito é apenas uma das *modalidades* dessa tomada de posição, o que instaura uma suposta unidade na identificação do sujeito; quando ela ocorre, o sujeito tem a ilusão de estar na origem do dizer, e instaura assim um efeito da ordem do imaginário, um efeito-sujeito.

Na contramão do discurso do bom sujeito, está o mau sujeito, aquele que se contraidentifica com a forma-sujeito, aquele que, apesar de identificar-se, não o faz de maneira plena, mas com reservas, o que termina por denunciar a inexistência da unicidade na constituição da forma-sujeito. A terceira e última dessas modalidades de posição é a de desidentificação, quando ocorre o rompimento do sujeito com os saberes de determinada forma-sujeito e a FD que a ele se vincula. Isso não significa, no entanto, que este sujeito é livre da determinação da ideologia, mas que possui um certo espaço de liberdade que o permite identificar-se com outra forma-sujeito e inscrever seu discurso, portanto, em outra FD. Quando um sujeito se desidentifica com uma determinada forma-sujeito, já está, ainda que inconscientemente, vinculado a outro

domínio de saber já consolidado ou em construção. Dessa maneira, podemos afirmar que essas tomadas de posição (identificação / contraidentificação) constituem a dinâmica da resistência, já que a filiação à forma-sujeito prediz uma resistência aos dizeres contrários daqueles que circulam na FD a que se assujeita. Logo, a resistência ocorre no momento mesmo da constituição do indivíduo em sujeito do discurso.

Contudo, podemos pensar em diferentes posições-sujeito no interior de uma mesma FD, graças à ideia de fragmentação proposta por Jean-Jacques Courtine (1982/2009)<sup>15</sup> ao discutir a heterogeneidade da FD, alargando a noção discutida por Pêcheux em 1969 (FD como bloco homogêneo de sentidos) e em 1975 (um complexo com FD dominante e FDs subordinadas). Para Courtine (2009), as fronteiras de uma FD são suficientemente porosas para se deixarem afetar pelos saberes de outras FDs que se façam presentes, uma vez que a ideologia que as atravessa é heterogênea (não é idêntica a si mesma) e vive sob o signo da contradição (dialética), de dar unidade aos contrários. Se as Formações Discursivas são heterogêneas, a forma-sujeito que as organiza também o é, assim como as posições-sujeito que abriga. Desta maneira, podemos conceber o conjunto de diferentes posições-sujeito numa dada FD enquanto modalidades particulares de identificação “do sujeito da enunciação com o sujeito do saber, considerando os efeitos discursivos específicos que aí se relacionam” (2009, p. 88). Desta maneira, a especificidade da posição-sujeito se dá na interpelação do sujeito do saber em sujeito ideológico que, ao se (des)identificar com o sujeito enunciator, assume uma (ou mais de uma) posição no discurso.

Graças à abertura conceitual que propôs Courtine (2009), podemos tratar dessas posições numa escala gradativa de identificação para com a forma-sujeito, agora fragmentada. Freda Indursky (2008) denomina *posição-sujeito dominante* a posição que duplica o saber da forma-sujeito, o que corresponderia ao bom sujeito pecheuxtiano. Ainda, segundo a autora, entre a forma dominante e aquela que não se superpõe à forma-sujeito, isto é. o mau sujeito, existem formas fragmentadas e gradativas de identificação com o sujeito do saber. A consequência dessa fragmentação da forma-sujeito é que o sujeito do discurso não se identifica diretamente com o sujeito do saber, mas com uma de suas posições-sujeito. O sujeito do discurso entra em contato com os saberes que emanam de uma determinada posição-sujeito, para dessa posição alcançar a

---

<sup>15</sup> Reedição de “Análise do Discurso Político – O discurso comunista endereçado aos Cristãos” pela EdUFSCar em 2009.

forma-sujeito, e através dela, identificar-se com a formação-discursiva. Logo, essa identificação continua a ocorrer, muito embora se dê “com apenas uma parcela dos saberes desta FD” (INDURSKY, 2008, p. 20). Assim, o sujeito do discurso pode vincular-se a diferentes formações discursivas (ou diferentes posições dentro da mesma FD), o que possibilita ao sujeito da Marcha identificar-se com posições-sujeito distintas (dominante e dissidentes), como demonstrar-se favorável ou contrária ao aborto, por exemplo.

Aludi ao tema do aborto por ser este um bom exemplo do que seria assumir diferentes posições dentro de uma mesma FD (neste caso, aquela da Marcha, dos movimentos feministas). Polarizei inicialmente a posição dominante como contrária ao aborto, e a dissidente como favorável ao ato; isso porque, levei em consideração a conjuntura sócio-histórica brasileira, na sua especificidade religiosa, onde a maior parte da população é cristã e, teoricamente, contra o aborto. No entanto, e tornarei a discutir este tema, existe uma série de questões extra religiosas que interferem na filiação à posição dominante / dissidente. No contexto da Marcha, a luta pelo respeito ao corpo gradualmente alargou o escopo e passou a abrigar temas como o domínio sobre o próprio corpo, o que fez com que o aborto (meu corpo, minhas regras / eu decido o que sai de dentro de mim) entrasse na gama de discussões que realiza hoje a Marcha das Vadias.

Pensando nessa mudança de perspectiva, podemos elencar diversos outros deslizamentos de sentido que figuram no discurso da Marcha em relação ao do *SlutWalk* (que previa a reformulação na maneira com que a polícia lidava com situações desse tipo, sendo assim de responsabilidade dessas autoridades “*take serious steps to regain our trust*”<sup>16</sup> [BARNET & JARVIS, 2011], garantindo às mulheres sentirem-se seguras e respeitadas e, sobretudo, assegurando que as pessoas que as protegem compreendam o que de fato é ser sobrevivente de abuso sexual – “*slut or otherwise*”<sup>17</sup> [idem, 2011]); em primeiro lugar, a busca pela igualdade de gênero abriu espaço para que questões ligadas ao gênero feminino, em especial ao que é ser mulher, fossem pensadas, de onde situamos a simpatia às causas das transexuais e transgênero. Além disso, questões relacionadas à sexualidade e à raça foram incorporadas no cerne das discussões realizadas pela MDV.

---

<sup>16</sup> “Tomar medidas sérias para recuperar a nossa confiança”. (Tradução livre).

<sup>17</sup> “Vadia ou qualquer outra coisa”. (Tradução livre).



Figura 1 – MDV1  
(Domínio Público)



Figura 2 – MDV2  
(Domínio Público)

O que acabo de discutir pode ser verificado ao se comparar as duas imagens acima. A primeira delas é da Marcha das Vadias de São Paulo em 2011, onde se lê “estupro é questão de poder”, “não sou puta, não sou santa, sou livre”, e, finalmente, “seguiremos a marcha até que todas sejamos livres” nos cartazes das manifestantes. A segunda imagem, à direita, é da Marcha das Vadias de Recife de 2015, onde lemos os escritos “por que cortou o cabelo?” no corpo da manifestante em primeiro plano, e “sou poliamor”, em segundo plano. Destaco a data das duas imagens como ponto de referência para o deslizamento de sentido. 2011 foi o ano em que a primeira marcha, ainda fortemente arraigada ao discurso do *SlutWalk*, aconteceu no Brasil. Logo, percebemos presente nos dizeres o repúdio ao estupro e o apelo pela liberdade, neste caso, o de poder andar com segurança e sem ameaças de ser violentada pelas ruas.

No segundo caso, não existe uma menção tão fortemente marcada ao estupro quanto na primeira imagem. Ao contrário, o dizer “sou poliamor” remete ao discurso de respeito à liberdade sexual que, apesar de válido, não constituía a problemática do *SlutWalk* e nem a dos primórdios da Marcha. Destacamos também a transição de materialidades do discurso; em 2011, os escritos eram erguidos em placas e cartazes, em 2015 o corpo passou a servir de suporte para esta escrita.

Se, por um lado, abrir o leque de questionamentos e reivindicações fortalece determinados aspectos da luta, por outro, torna confuso o foco do manifesto. Poderíamos supor (se levássemos em conta o pressuposto de que haveria um discurso fundador, que seja aquele do *SlutWalk*) que houve entre a MDV e o SW algumas

mudanças discursivas, tanto na materialidade, quanto no propósito do movimento. Não quero dizer que existiria um sentido único original e imutável (SW). Acredito, conforme postulado por Pêcheux (1997), que o sentido se constitui num complexo sistema de produção que leva em consideração a inscrição de um sujeito em determinada formação discursiva. Meu intuito inicial é meramente o de descobrir quais foram as mudanças ocorridas nos sentidos que circundam no ambiente da MDV, de 2011 a 2015, e, mais especificamente, como elas ocorreram. Isso porque parece haver uma tendência generalizada, em se tratando de movimentos feministas, de se alargar o escopo das manifestações e agregar insatisfações outras, muito ou pouco relacionadas ao tema originário da luta, a depender da posição-sujeito que se assume no interior da FD em que o sujeito do movimento se inscreve.

## 2. O sujeito feminista

Pêcheux, em *Delimitações, inversões e deslocamentos* (1969/1990), menciona que existem dois erros fundamentais ao se tentar encontrar a origem dos movimentos revolucionários. O primeiro seria apontar a fonte da revolução em um único discurso teórico, como um manifesto, por exemplo, o que implicaria descartar a ideia de que o discurso é um latente já-dito, pré-existente, e não-inédito. O segundo, e inversamente simétrico ao primeiro, é pressupor que exista uma força motriz, ou “germe revolucionário”, nos termos de Pêcheux, que irrompe em revoluções durante um ponto específico na história e que estará sempre lá, enquanto existir a relação dominador x dominado. Considerando isso, a história é tomada como uma linha contínua, que passa por períodos mais ou menos propensos à revolução, com uma predisposição ao espírito revolucionário, como acreditava Hegel (*Encyclopädie der philosophischen Wissenschaften*, 1817/2006). O problema em se assumir essa perspectiva é deixar de perceber que a dominação ocorre primeiramente em um processo interno, “uma dominação que se exerce primeiramente na organização interna das próprias ideologias dominadas” (PÊCHEUX, 1990, p. 16); essas ideologias dominadas se formam sob a dominação e contra elas, e não “em um ‘outro mundo’, anterior, exterior ou independente” (Op. cit.).

Dessa maneira, segundo Pêcheux (1990), só poderíamos acessar os precedentes de um discurso revolucionário retornando “aos pontos de resistência e de revolta que se

incubam sob a dominação ideológica” (1990, p. 17), ou, em outras palavras, averiguando a fonte dessa interpelação ideológica e seus respectivos aparelhos de Estado. Para tanto, remontarei o percurso histórico de constituição do sujeito feminista em busca de esclarecer exatamente de que lugares provêm a tendência da MDV em expandir o discurso do SW para abranger uma gama de outras insatisfações, relacionadas, como mencionado, ao combate ao patriarcado e ao machismo, e à luta pela igualdade de gênero e apropriação do corpo, por exemplo.

Remontemos as origens do sujeito feminista primeiramente tratando daquilo que se considerava próprio à mulher, a feminilidade, que segundo o efeito de sentido que nos proporciona o dicionário<sup>18</sup>, pode ser entendido enquanto qualidade, caráter, modo de ser, de viver e de pensar, próprio da mulher. Afirmar que existe algo que seja próprio à mulher, separando-a do restante da população é adentrar numa crítica biológica sexista (notadamente racista que “embasou cientificamente” a segregação de outros segmentos da sociedade, como os negros dos brancos, por exemplo, numa época de desenvolvimento positivo das ciências). Além do preconceito implícito na concepção biológica sexista, lidamos com uma noção que buscava subjetivar o indivíduo feminino, atribuindo-lhe o que era característico da mulher, postura que implica, por um lado, unificar as mulheres por intermédio da semelhança entre as suas diferenças; e, de outro, separá-las da hegemonia, ou no interior da própria hegemonia, utilizando negativamente essa mesma diferença.

Ao primeiro desses casos podemos associar o princípio da busca pela igualdade instaurada pelas revoluções burguesas, em especial a Revolução Francesa (1779-1799) na sua defesa pela *liberté, égalité, fraternité, ou la mort!* Filósofos como Jean-Jacques Rousseau (*Du Contrat Social ou Principes du droit politique*, 1762), e Voltaire (*Lettres anglaises*, 1722; *Dialogues d'Euhémère*, 1777), na França; além de Bacon e Locke (1999), na Inglaterra, endossaram o que viria a se tornar o lema da Revolução – a luta para que todos os homens sejam portadores dos mesmos direitos perante à lei.

Com efeito, a exigência mínima para que se fizesse agir democraticamente nessa sociedade de direito trabalhada nos ideais políticos desses pensadores, seria a liberação do voto, inicialmente concedido aos homens brancos integrantes da classe burguesa,

---

<sup>18</sup> Dicionário Online do Português. Disponível em <<http://www.dicio.com.br/feminilidade/>>. Acesso em Setembro de 2015.

principais articuladores da Revolução. Os negros e as mulheres seriam beneficiados dessa democracia apenas por intermédio do êxito dos homens a quem eram submetidos. A máxima que pautou esse anseio pela liberação do voto da classe burguesa é a *máxima da isonomia*, de inspiração aristotélica, segundo a qual o direito se define pelo tratamento dos iguais igualmente, na medida de suas igualdades, e dos desiguais, desigualmente, na medida de suas desigualdades. Parte daí, pela luta a favor do sufrágio feminino, o primeiro registro do sujeito feminista, no interior do que ficou conhecido na história do feminismo como primeira onda feminista, que buscava essencialmente garantir o direito de voto à mulher.

## 2.1 A primeira Onda

Para a militante e filósofa americana Andrea Nye (1995) essa máxima oriunda da teoria democrática atravessou uma primeira fase, ou *primeira onda* do movimento feminista fazendo com que as mulheres enxergassem o voto como o modo mais prático e palpável de atingir questões maiores, como a reforma do casamento e a liberdade sexual, por exemplo. Nesse contexto, a luta dessas mulheres do século XIX se centrou em assegurar o sufrágio feminino, o direito ao voto e à sua participação política, orientadas pela crença na premissa de que quando “o sufrágio fosse concedido, as mulheres estariam aptas a votar em favor da legislação que corrigiria a injustiça às mulheres” (NYE, 1995, p. 19). Contudo, ainda segundo Nye (1995), havia muito na teorização democrática em contradição com essa postura feminina, a exemplo de filósofos como Locke, que muito embora descentralizasse o poder masculino ao afirmar que existiam muitas mulheres excepcionais, centrava a sociedade civil em lares com chefes masculinos.

Além dele, Hume (2006) predizia virtudes características do sexo feminino, como o recato e a castidade, que não se aplicariam aos indivíduos do sexo masculino, posto que a fêmea representaria o belo sexo, mais delicado e mais frágil. Nye (1995) aponta também Rousseau como perpetuador da ideia de que as mulheres são naturalmente mais fracas e submissas, especialmente em “*Émile, ou de l'éducation*” (1762) obra em que descreve a educação feminina, representada pela figura de Sofia, como exclusivamente centrada em aprender a agradar o homem, estimular o seu desejo, assim como conter sua lascívia e criar bem os seus filhos. Ao contrário, o personagem



masculino da narrativa, Émile, recebia educação para tornar-se um homem distante das corrupções da sociedade.

Embora em tom diferente do de Rousseau, Madame de Staël (*L'influence des passions sur le bonheur des individus et des nations*, 1796), ratifica essa visão da feminilidade ao analisar o modo como as emoções descontroladas arruinam a sociedade: para o homem, emoções como ambição e orgulho podem levar à destruição, para a mulher, esses sentimentos jamais levarão à felicidade. Nessa concepção, afirma Nye (1995) que, se uma mulher ambiciosa intromete-se em política “se jovem é considerada atrevida; se velha, repugnante” (1995, p. 20). Assim, nos moldes do pensamento de Staël (1796) não há lugar para a mulher no caminho político porque o homem não vê utilidade nessa abertura, enxerga apenas o seu papel social de procriadora alienada – nessa alienação não há felicidade, e dessa alienação não há escapatória.

O pessimismo de Staël traduzia a atmosfera feminina da época, já que as conquistas da Revolução não se aplicavam diretamente às mulheres, apenas ficaram reduzidas a um reflexo da ampliação da consciência humanitária masculina, que passaria a enxergá-las como iguais, teoricamente tratando-as melhor, pelo menos no âmbito da moral. A situação não melhora com a ascensão do capitalismo e do industrialismo, como nos aponta Nye (1995). Mas, segundo a autora, o trabalho das mulheres no feudalismo, apesar de subordinado, era uma necessidade econômica. Com o aumento do trabalho masculino assalariado feito fora de casa, o trabalho doméstico decresceu em valor de manifesto, reduzindo a força e influência da mulher nas atividades econômicas do lar.

Fora do lar, os sindicatos de trabalhadores mantinham mulheres sem qualificação profissional, fazendo com que ocupassem os mais baixos níveis do mercado de trabalho. Eram cada vez mais excluídas do mundo dos negócios onde se situava o poder, impedidas de votar e de participar das reuniões do Parlamento e Assembleias onde eram negociados os interesses comerciais. Sem o direito de integrar as relações contratuais que substituíram a posse feudal, sem acesso à educação ou ao mercado de trabalho que garantia mão de obra qualificada e aos trabalhadores braçais emprego assegurado, a situação das mulheres na sociedade capitalista, conforme Nye (1995, p. 24), “dificilmente era melhor do que havia sido no feudalismo”. Contudo, a abertura que proporcionou a Revolução incidiu diretamente na maneira como as

relações entre os indivíduos se dava na sociedade, que passaria a ser governada pela lei e não pela linhagem sanguínea, ou pelo berço.

O desinteresse que manifestavam os novos capitalistas pelas mulheres inspirou filósofas britânicas, como Harriet Taylor Mill e Mary Wollstonecraft, a pensar que a lógica da revolução feminina estaria atrelada à mudança no pensamento desses homens que não enxergavam utilidade na ascensão da mulher; dentro dessa concepção, os direitos revogados na Revolução se aplicariam igualmente a todos os indivíduos da sociedade, aí incluídas as mulheres. Outros fatores advindos de fora da Europa influenciaram nesse pensamento, como por exemplo, o êxito dos abolicionistas, a luta pelo voto do negro nos Estados Unidos, e a consequente Declaração dos Direitos dos Cidadãos (*Bill of Rights*) de 1689. Se a mulher é moral do mesmo jeito que os homens, se não é um animal, mas uma cidadã, possui então os mesmos direitos que eles, inclusive no que diz respeito ao voto.

Segundo Nye (1995), a solução encontrada por Wollstonecraft fora a educação – para ela, a mulher deveria instruir-se de maneira que pudesse participar efetivamente das discussões filosóficas e intervir dentro da sociedade da época, deveria ainda ser fluente na literatura e nas artes em geral, entendendo os mecanismos éticos e estéticos de ação social. Por outro lado, Harriet Taylor Mill e seu parceiro John Stuart Mill (*The Subjection of Women*, 1869)<sup>19</sup>, redirecionavam o foco da atuação feminina da educação para a política utilizando-se das duas principais correntes democráticas da época, de um lado, o utilitarismo, e de outro, a teoria do contrato social e o liberalismo político. De maneira geral, para a primeira dessas correntes, a maneira mais viável de se conseguir a felicidade da população é garantindo o prazer individual. Assim a expressão individual do voto, da preferência política, seria um dos mecanismos mais eficientes para se chegar a este propósito: se todos votarem, os interesses de todos serão atendidos.

Para Nye (1995) é sob os auspícios dos escritos de Mill (1869) que se formulou a máxima segundo a qual “nenhum contrato social pode exigir que se renuncie à liberdade e à igualdade” (1995, p. 33). Seguindo os postulados rousseaurianos, o casal Mill defende que a mulher, porque é indivíduo, deve ser livre em decidir sobre qual estilo de vida levar, desde os menores aspectos do seu comportamento, como que

---

<sup>19</sup> A edição original é assinada apenas por John Stuart Mill, uma vez que na data da publicação, sua esposa, Harriet Taylor Mill falecera devido a complicações pulmonares ocasionadas pela tuberculose.

roupas usar, até questões mais amplas e polêmicas, a exemplo do sufrágio, do casamento, e da sua sexualidade.

Apesar de estarmos tratando de discussões levantadas no século XIX, a luta pela liberdade política, pela liberdade de escolha e pela liberdade sexual são temas recorrentes nas condições de produção da Marcha das Vadias até hoje. Neste levantamento do sujeito feminista cabe então, traçar paralelos entre o discurso da época e discurso da Marcha que apresenta reverberações via memória discursiva dos diferentes momentos de constituição do feminismo. É importante destacar que traçarei estes paralelos durante o decorrer desta seção utilizando-me de imagens da MDV que remetam ao que se está sendo discutido. Em igual medida, reitero que venho considerando estas imagens, com base em Pêcheux (1999), indicadores de memória social, contendo nelas mesmas “um panorama de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar” (1999, p. 51). Significa dizer que as imagens carregam uma discursividade própria e que a memória acionada por elas não é aquela individual, mas a memória social inscrita nas práticas, retomada pela paráfrase, pela reverberação de discursos outros.

Ainda sobre a memória, Courtine (2009) afirma que a memória discursiva é aquilo da ordem do histórico que irrompe na atualidade, uma lembrança de uma formulação-origem que reverbera sentidos oriundos de um determinado enunciado. Dito de outra forma, a memória de um enunciado expresso no interdiscurso se materializa no intradiscurso produzindo um efeito de sentido, um efeito de memória. Significa dizer que quando Pêcheux (1999) elenca a imagem como operador de memória social, a situa como uma materialidade discursiva, onde podem irromper sentidos originários de outra conjuntura discursiva. Ao tratar das imagens da Marcha, identifico um efeito de memória materializado na figura que pode corroborar com o sentido originário, o que Pêcheux (1999) denomina movimento parafrástico, ou quebrar com essa cadeia de sentido, desdobrar a memória antes que ela se repita, num movimento metafórico (PÊCHEUX, 1999, p. 52). A figura 3 abaixo remete mnemonicamente ao cenário de submissão feminina que problematizava Mill (1869) dois séculos atrás. Por intermédio da paráfrase, a luta pelo reconhecimento da figura feminina como atuante no cenário político – ou qualquer outro que ela queira, é trazida à tona, sinal de que essa questão se encontra inconclusa. Observemos a figura 3.



Figura 3 – MDV3  
(Domínio Público)

Exemplo da reverberação da memória da submissão no ambiente da Marcha são as construções do tipo “liberdade já”, “sou livre”, e “eu também penso”, e “lugar de mulher é onde ela quiser”, conforme ilustrado na imagem acima da concentração da MDV Recife de 2014. Apesar de, constitucionalmente, o empoderamento dos direitos da mulher já existir, nas vias de fato, os ecos do discurso de submissão feminina que pregavam Rosseau e Hume ainda circulam, fazendo com o que comportamento libertário por parte da mulher seja visto como revolucionário e não como lugar comum, garantido por lei, como o é com os indivíduos do sexo masculino. Poder decidir qual seu lugar e reafirmar que possui uma vontade não deveria ser necessário no interior de uma conjuntura que se diz democrática. Assim como perceberam Taylor e Wollstonecraft, ainda no século XIX, nesta democracia “o mais das vezes, os princípios democráticos eram utilizados apenas para reforçar a moralidade tradicional” (NYE, 1995, p. 33).

A falta de resultados palpáveis dessas pioneiras no feminismo é determinante para um pessimismo generalizado do segmento feminino da sociedade, a exemplo de Staël, Melusina Fay Peirce (*Cooperative Housekeeping*, 1889), e Charlotte Perkins Gilman (*The Home*, 1903; *Human Work*, 1904; *The Man-Made World*, 1911), que lamentavam a exploração das mulheres no lar, e propunham um trabalho doméstico conjunto entre as donas de casa que, apesar de unidas, não deixavam de limitar-se às tarefas domésticas. Mais descrente ainda se encontrava outro grupo de mulheres

essencialmente diferente desta comuna intelectual que propiciou o surgimento dos trabalhos de Wollstonecraft, Taylor e Mill, inspirados pelo estudo das relações de mercado e diferentes correntes filosóficas libertárias.

Essas outras mulheres não demonstravam interesse em especulações teóricas e julgavam a luta das pioneiras como supérflua e unicamente correspondente aos interesses burgueses. É verdade que a Revolução pôs em xeque a nobreza e fez com que a burguesia assumisse um lugar de direito na sociedade, o que fez com que se pensasse que essa classe seria representativa da população segregada; no entanto, com a concretização da ascensão, notou-se que os interesses da burguesia representavam apenas o comerciante burguês. Parafraseando Chauí (2000), não existe interesse global no interior do que é privado.

Reacionárias, uma gama de trabalhadoras das grandes indústrias, postas de escanteio pelo mercado de trabalho, encontravam respaldo no socialismo que prometia proteger os valores desses trabalhadores oprimidos, cujos interesses a burguesia havia fundido com os seus próprios; os socialistas defendiam a ideia de que a pretensa *liberté* e *égalité* da sociedade democrática eram na verdade parte do logro da ideologia burguesa. O novo paradigma marxista, segundo Nye (1995), oferecia uma alternativa aos ideais democráticos aparentemente fracassados, um novo modo de conceber as causas do sexismo e, o que é mais importante, novas estratégias para a mudança social. Marco para essa mudança de perspectiva é o trabalho que realizou Engels (1984) ao sistematizar a origem da família, da propriedade privada e do estado (*A Origem da Família, da Propriedade privada e do Estado, 1884/1984*)<sup>20</sup>. Seguindo a linha anteriormente tracejada por Marx, Engels (1984) situava a produção dos meios de existência e o trabalho como motores da história e das relações sociais, que eram sob este viés, econômicas e políticas.

A família, assim como os modos de produção, se originava da divisão sexista das tarefas trabalhistas e da propriedade que instaurava a figura do pai sob os seus filhos, esposa e lar; desejando que o varão herdasse o seu posto, o pai passava o poder da propriedade ao filho mais velho, subjugando a um segundo plano o papel das mulheres no lar. Engels (1984) nos aponta que essa família monogâmica chefiada pelo

---

<sup>20</sup> Reedição de “*Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats*” (1884) pela Civilização Brasileira em 1984.

homem é um produto da propriedade privada, fruto da sociedade capitalista. Fato que pode ser explicado por meio de duas fórmulas: primeiro porque representa, ainda que em menor escala, o conflito que cerceia a gênese e o *modus operandi* da sociedade e o Estado; e segundo porque são as determinações sociais da conjuntura histórica que constituem o que se entende por família. O modelo protótipo de família com pai, mãe e filhos não corresponde ao sistema familiar/matrimonial de outras épocas e/ou comunidades, como a indígena, por exemplo. Essas comunidades tribais podem validar a poligamia, ou ainda a descentralização do conceito de união, originando um esquema em que todos os homens pertençam igualmente a todas as mulheres e vice-versa. O modelo familiar tradicional não é estanque, mas formulado pelas “restrições impostas mais tarde pelo costume” (ENGELS, 1984, p. 6).

Além de relativizar o modelo familiar, Engels (1984) e toda a corrente filosófica que ele representa, proporcionaram uma abertura conceitual que possibilitou uma interpretação dos atos sexistas enquanto construtos sociais, condicionados pelo tempo e pelos costumes de determinada comunidade, o que negava de uma só vez a crença generalizada de que a mulher seria inferior ao homem devido à sua natureza frágil e sensibilizada; tese sexista que permeou os respaldos biológicos de teorias filosóficas empiristas como as de Hume, assim como os libertários pensamentos democráticos de Locke e de Rousseau, e, finalmente, o pessimismo conformista de Staël, Gilman e Peirce.

A lógica que atravessa essa rejeição ao naturalismo operada por Engels (1984) enxerga a mulher não como naturalmente sujeitada, mas socialmente reprimida, deslocando o foco genético da feminilidade. Este postulado ganha força com os escritos marxistas de August Bebel (*Women in the Past, Present, and Future*, 1885; *Die Frau und der Socialismus*, 1904), e inspira feministas como Alexandra Mikhaylovna Kollontai (*Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*, 1920/2007), na Rússia, e Clara Josephine Zetkin, na Alemanha. Para Bebel (1904, p. 8) a mulher “*become a complete and useful member of human society, enjoying equal rights with all*”<sup>21</sup>, na medida em que essa *human society*<sup>22</sup> avança em direção ao

---

<sup>21</sup> [Deverá] tornar-se um membro completo e útil da sociedade humana, desfrutando os direitos iguais entre todos. (Tradução Livre).

<sup>22</sup> Sociedade humana.

comunismo, que garantiria, além dos *equal rights*<sup>23</sup>, a possibilidade de uma união matrimonial voluntária, isenta de qualquer tipo de pressão ou opressão: um casamento por amor. As mulheres estariam assim livres para serem esposas e donas de casa, se assim preferirem, sem que fosse necessário perder sua independência.

Livre das pressões de Lênin, muito embora sujeita à censura anarquista, a norte-americana Emma Goldman (*Anarchism and Other Essays*, 1910), continuava o pensamento marxista no feminismo, acentuando a segregação entre o segmento liberalista e o socialista, ao afirmar que o puritanismo das inglesas jamais será correspondente à luta pela emancipação. Na visão de Goldman (1910), as mulheres ocuparam muito de seu tempo discutindo o sufrágio, postura que ignorava a questão da sexualidade, escondendo a verdadeira origem da sujeição. Essas mulheres, asseverava a anarquista, que se consideram livres, são na verdade escravas dos seus maridos, da autoridade de seus pais, da sociedade e, finalmente, da religião, o que faz figurar o sexo como um mal que deve ser expresso de maneiras restritas e definidas pela moral. Assim, para Goldman (1910), a única via válida para a liberação feminina é a liberação sexual.



Figura 4– MDV4  
(Domínio Público)

---

<sup>23</sup> Direitos igualitários.





Figura 5– MDV5  
(Domínio Público)

A filiação mnemônica da liberação sexual enquanto chave para a emancipação feminina no caso da Marcha, se faz presente, principalmente, pela descoberta da masturbação da mulher. Na imagem 4, numa pixação deixada pela MDV 2014 no Bairro da Boa Vista em Recife, lemos “descubra seu clitóris”; em 5, os dizeres escritos no corpo de uma das manifestantes (MDV 2015) também do Recife, “era uma vez uma mulher que viu um futuro grandioso p/ cada homem que a tocava. Um dia ela se tocou”. Nas condições de produção da Marcha, a masturbação, além da liberação sexual, também se vincula à ideia de autossuficiência do indivíduo feminino. “Descobrir” traz como implícito que o clitóris está “escondido”, que não é conhecido por certas mulheres, que não se dão à liberdade de conhecer esta parte do corpo.

Na segunda imagem, “se tocar” remete a, pelo menos, dois sentidos, o primeiro e mais óbvio é o de “seguir em frente”, sair da situação em que se encontra a personagem da pequena narrativa que atrela a felicidade a um homem e não a si própria; a segunda faz referência ao “toque” em si mesma, gíria para masturbar-se. Falar desse tipo de descoberta feminina continua sendo um tabu. No caso de Goldman questões relativas ao



íntimo dos relacionamentos sexuais das mulheres não eram passíveis de serem discutidas, devido ao fato de integrarem a ordem do privado, e não terem nada a ver com os meios de produção. Havia, como nos aponta Nye (1995), dentro do paradigma marxista, alternativas possíveis frente à privatização das questões relacionadas ao feminino, como, por exemplo, relacionar a família à produção material. Essa preposição, no entanto, encontrava o problema de ter que assumir que os filhos são o produto legítimo desse modo de produção, o que implicaria numa postura no mínimo anti-humanista – as mulheres entrariam em greve abandonando os filhos.

Além disso, na lógica socialista o marxismo é uma alternativa ao capitalismo, é uma teoria de mudança social, uma forma que, sistêmica e organizadamente, revolucionaria as relações sociais pelo viés econômico, o que se atrelaria às condições de trabalho industrial, de consciência e ação coletiva do proletariado. Essas condições eram essencialmente diferentes daquelas ligadas às mulheres, já que os homens poderiam fazer a revolução sem necessitar explicitamente do serviço doméstico, ou do casamento propriamente dito. Nesses termos, conforme Nye (1995), “aplicar o conceito de ‘produtivo’ ao trabalho doméstico é fomentar uma perigosa ilusão” (1995, p. 78). Com o fracasso desse pensamento socialista, o feminismo rumou para uma vertente menos político-econômica e mais filosófica, ao flertar com o existencialismo francês.

## **2.2 O existencialismo francês**

Com a inviabilidade de se explorar a materialidade da produção familiar, as feministas de inspiração marxista rumaram para outro ponto da teoria marxiana – a Ideologia, mais precisamente em sua aplicação althusseriana, que se afasta, em certa medida, do excessivo economicismo de Marx, ao situar o papel do sujeito e do Outro social. Nessa perspectiva podem ser destacados os primeiros trabalhos de Rosalind Coward (*Language and Materialism*, 1977; *Patriarchal Precedents*, 1983), e em especial o seu “*Female Desire*” (1984) uma análise da ideologia que atravessava revistas femininas britânicas como a *Cosmopolitan* e a *Emmanuelle*, que erotizavam novas áreas do corpo feminino incentivando assim o consumo de determinados produtos de beleza. Esse tipo de análise ideológica e discursiva marca, para Nye (1995), um afrouxamento com as relações econômicas de (re)produção, sendo assim prova

incontestável de um caminhar paulatino do feminismo em direção divergente ao marxismo, indício de que nem a teoria marxista, muito menos a teoria democrática, forneciam uma base sólida para a liberação feminina.

O papel secundário das mulheres na família, assim como “a exploração delas nos meios de comunicação da massa, sua vitimização no ataque e constrangimento sexual não podem ser ajustados no contexto da teoria marxista” (NYE, 1995, p. 82), já que esses aspectos seriam explicados pelo viés da propriedade privada, permanecendo no âmbito econômico, e reduzindo a dimensão da problemática da situação feminina ao controle comunal do poder e dos meios de produção.

Esse paradigma feminista que não se firma sobre as bases de nenhuma das duas grandes vertentes econômicas da época, muito embora carregue consigo formações ideológicas advindas tanto do capitalismo quanto do socialismo, ganha uma nova roupagem no movimento pós-modernista com a ascensão de filósofas como Simone de Beauvoir (*Le Deuxième Sexe, les faits et les mythes/L'expérience Vécue*, 1949/1967/1970<sup>24</sup>), na França, e Betty Friedan (*Women Are People Too*, 1960; *The Feminine Mystique*, 1963/1971<sup>25</sup>), nos Estados Unidos. O final da era moderna e o advento do pós-modernismo são marcados pelo fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e o conseqüente fracasso do comunismo. Tal fato fez com que a crença na justiça social fosse encarada, de um lado, como a reminiscência de uma ultrapassada filiação ao socialismo, por hábito ou esperança desmedida; e, por outro, como um desespero absoluto, já que a filiação vermelha remetia à brutalidade soviética de um marxismo distorcido por Stalin.

O capitalismo não era alternativa menos insatisfatória, uma vez explicitado o interesse individualista na propriedade privada e controle dos meios de comunicação em detrimento do bem da população, de modo que o direcionamento político da época centrava-se na vinculação a um ou outro mal ligeiramente menor, no prisma pós-moderno já não parecia haver qualquer diretriz para o certo ou errado. Desiludida com o aparente fracasso do comunismo, Beauvoir (1970) não tem pretensão de continuar a linha de pensamento marxista, muito menos regressar aos ideais democráticos que apoiavam o autoritarismo onde ele fosse anticomunista: ela centrava sua filosofia em

---

<sup>24</sup> Reedição de “*Deuxième Sexe – les faits et les mythes*” (1949) e de “*Le Deuxième Sexe – L'expérience Vécue*” (1949), pela Difusão Europeia do Livro em 1970 e 1967, respectivamente.

<sup>25</sup> Reedição de “*The Feminine Mystique*” (1963) pela Vozes em 1971.

questões existencialistas, um conformismo otimista pós-moderno marcado pelo desvio das causas humanitárias, das lutas sociais e do engajamento político em prol da investigação das causas existenciais e da iminência da morte, carregada de desespero e morbidez. Nessa atmosfera de desilusão, vazio e espanto, Beauvoir (1970) se engaja em tentar definir o ser mulher. De um lado, o direito ao voto da mulher já havia sido garantido, mas de outro, a expansão da atuação feminina no seio da sociedade e dos aparelhos de Estado, principalmente no Exército, fez com que milhares de mulheres morressem no campo de batalha durante as Guerras, fato que originou as várias discussões travadas nos anos seguintes sobre o papel do feminino, já que os laços afetivos e econômicos da Família haviam sido prejudicados pela Guerra.

Beauvoir (1970) retoma o pensamento de Goldman (1910) acerca das relações interpessoais, questionando que outro externo seria esse a quem a mulher se reportaria “imediate e espontaneamente como inessencial; não é o Outro que se definindo como Outro define o Um; ele é posto como Outro pelo Um definindo-se como Um” (BEAUVOIR, 1970, p. 12). Na ótica da filósofa francesa é essencial que se perceba a reciprocidade dos sexos, inclusive na constituição mesma dos indivíduos enquanto sujeitos, sempre em relação a um outro. Ainda segundo a autora, a fonte da repressão feminina não é o Outro do homem, mas o Outro que faz de si mesma, a retaliação preconceituosa que opera a mulher sobre si baseada na moral do Outro. Esse existencialismo de Beauvoir (1970) era uma tentativa de situar a dinâmica de uma opressão que não era nem socialista, nem comunista, e por isso não pode ser explicada pela ótica de nenhum dos dois.

No seu *Deuxième Sexe* (1970), Beauvoir destaca que “a perspectiva que adotamos é a da moral existencialista” (1970, p. 24), situando a sua própria subjetividade não necessariamente enquanto mulher oprimida, mas como filósofa existencialista, objetivando seu discurso sem propriamente deixar de assinalar o subjetivo. Em sua exposição, ela assinalava que a história do sexo sempre determinou a posição social da mulher – a de suporte do homem, de trabalhadora em “anexo”, domiciliar, adendo ao trabalho principal masculino. É assim “exercendo a atividade sexual que os homens definem os sexos e suas relações, como criam o sentido e o valor de todas as funções que cumprem” (BEAUVOIR, 1970, p. 28). Entretanto, na visão da mesma autora (1970), a função de dominador do homem só existe porque a mulher faz de si um objeto, uma ferramenta que conforta a ansiedade do sujeito masculino e

alimenta o medo do homem em perdê-la, em competir igualmente com ela. A solução que aponta a pensadora francesa para essa situação é notadamente a revolução sexual.

Beauvoir concentra no trabalho a edificação do sujeito feminino emancipado: é no ambiente profissional que a mulher deve deixar a sua impressão. Contudo, a ascensão feminina não prevê um relacionamento sexual saudável: o homem não enxerga contradição entre a sua vida como Homem e o seu destino como macho, enquanto que para a mulher, assumir-se em pé de igualdade com o homem significa abrir mão da maternidade e frustrar-se sexualmente em todas as alternativas possíveis. Tendo isso em mente Beauvoir assevera que o único meio para a emancipação feminina é abrir mão do casamento, o que inaugura um segmento radical feminista.

### 2.3 Feminismo Radical

Esse modo de pensamento existencialista extremista de Beauvoir (1970) que enxergava os homens como senhores e as mulheres como subordinadas foi posteriormente cunhado de patriarcado, “um vazio conjunto universal de instituições que legitimam e perpetuam o poder e a agressão masculinos” (NYE, 1995, p. 119), atravessando todos os sistemas político-econômicos na eterna tentativa do homem de exercer poder sobre os indivíduos femininos. No combate ao patriarcado estão feministas como Germaine Greer (*The Female Eunuch*, 1970), Eva Figs (*Patriarchal Attitudes: Women in Society*, 1970), Ti-Grace Atkinson (*Amazon odyssey*, 1974), Andrea Dworkin (*Pornography: men possessing women*, 1981), e Susan Brownmiller (*Against Our Will: Men, Women, and Rape*, 1975), que enxergam as relações femininas como naturalmente reprimidas pelo homem, e são eco dos estudos biologizantes com os quais rompeu Engels (1984).

O posicionamento da MDV a respeito do patriarcado aparece em outras materialidades que não nos escritos no corpo no momento da Marcha. O discurso contra o patriarcado é recorrente em manifestos online, em especial via *facebook*, onde as manifestantes continuam a se articular durante o ano, e não somente no ato da passeata. Esses dizeres são recorrentes no compartilhamento de reportagens, na postagem de comentários, em notas de repúdio, etc. Destacamos a imagem 6 abaixo, que propõe que as mulheres aceitem haver um favorecimento do homem em relação à mulher no

interior do sistema do patriarcado, de maneira a combatê-lo, já que, segundo a manifestante “para lutar contra o patriarcado é necessário que você lide com sua posição”. O perigo dessa formulação, na maneira que se apresenta, é afirmar que todos os homens, porque integram a conjuntura em que ocorre o patriarcado, corroboram com essa postura e propagam o machismo porque a ele estão assujeitados, o que não é necessariamente verdade já que, como afirma Pêcheux (1997), existem maneiras de o sujeito resistir e assujeitar-se a outro discurso.

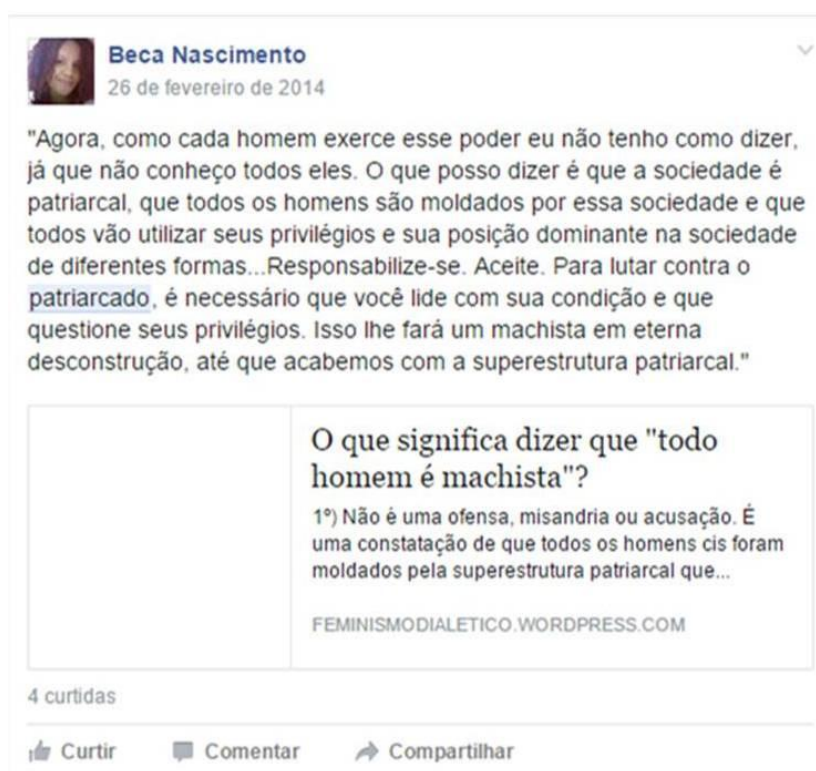


Figura 6 – MDV6  
(Facebook)

Essa postura de combate ao patriarcado, no seu segmento extremista, inspirou trabalhos acerca do ato sexual como legítima agressão à mulher (Brownmiller, 1975), a sexualidade como sadomasoquista (Atkinson, 1974), e a pornografia como ideologia da dominação masculina (Dworkin, 1981), que marcam uma corrente radical no interior do feminismo e que, apesar de apontar estudos interessantes, não previam uma contraparte prática em suas teorias, a exemplo da própria Beauvoir (1970), que termina por impor uma conduta assexuada e a dissolução completa do casamento e da maternidade como

solução para a liberação feminina, além de dizer às mulheres que já se encontrassem casadas e, portanto, fora do movimento, sinto muitíssimo e contenham as lágrimas.

Para Nye (1995), o feminismo radical operava com a segregação, uma exclusão não somente ideológica, mas também territorial dos homens do universo feminino inspirada em Charlotte Perkins Gilman (*Herland*, 1915), idealizando uma terra habitada somente por mulheres.

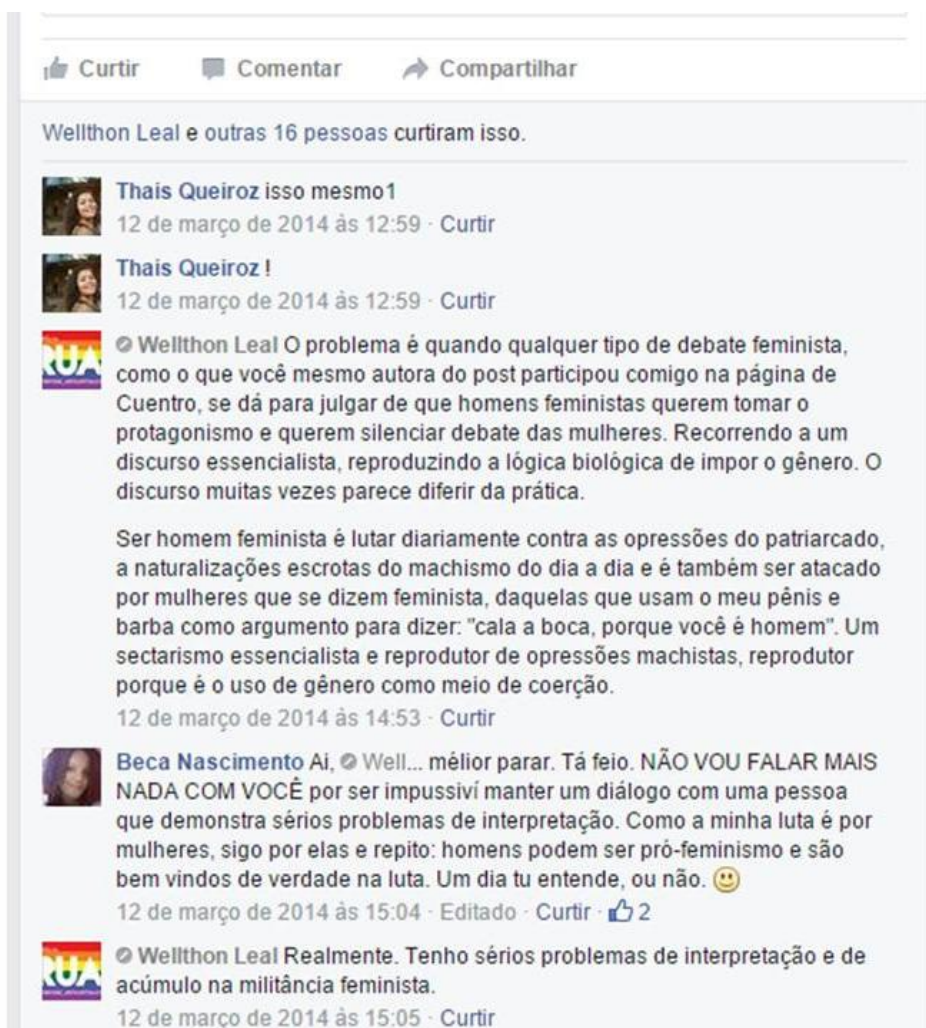


Figura 7– MDV7  
(Facebook)

Dentro da Marcha, a segregação dos indivíduos do sexo masculino não é comum; contudo, alguns casos extremos foram discutidos na página da MDV Recife no *facebook*, a exemplo da figura 7 acima. Trata-se de uma série de comentários feitos em um *post* que apoiava a postura feminista nos homens com os seguintes dizeres: “Coisas

desse tipo me levam a indagar se não é necessário refletir sobre certas atribuições no que tange à participação dos homens no feminismo. Refiro-me, particularmente, a um ponto crucial: nós, homens, somos aliados do feminismo, não seus protagonistas. Esse protagonismo sempre foi, e sempre será, um apanágio das mulheres: foram elas — e continuam a ser — as construtoras do movimento feminista, precisamente na medida em que sobre elas incide, ao longo da história e de modo imediato, a opressão patriarcal. Ainda que nós, homens, também soframos efeitos opressores do patriarcado, todos somos seus beneficiários, mesmo que nem todos sejamos seus signatários. Daí que nossa mais importante contribuição para o feminismo seja precisamente combater as múltiplas formas pelas quais colaboramos para a perpetuação das estruturas patriarcais, revisando nossos privilégios e questionando como atuamos em favor da opressão sexista.”.

A questão principal a ser discutida neste caso é o embate existente entre aceitar e reconhecer o patriarcado. Aceitar que os homens são favorecidos em certa medida pelo patriarcado é o princípio básico para se combater esse desequilíbrio de forças; reconhecê-lo, por outro lado, não implica em aceitar essa desigualdade, meramente atesta sua existência. No texto da figura 6, a manifestante menciona “aceitar” enquanto ato motor da mudança, da quebra do paradigma patriarcal; indivíduos que não aceitem que têm condições especiais por terem nascido biologicamente com o sexo masculino estão, seguindo a linha de raciocínio iniciada na figura 6, estagnados na luta: acomodados ou alienados. O cerne da questão seria assim resistir à sujeição do patriarcado. Contudo, não podemos deixar de considerar os ecos do discurso da misandria, que permeou as obras de Gilman (1915), Brownmiller (1975), Atkinson (1974), e Dworkin (1981), mencionadas acima. Considerar excluir / retaliar o gênero oposto como solução para a opressão do patriarcado, é discriminar em igual medida.

A participação masculina na MDV ocorre sob a égide de vários sentidos. O primeiro deles, acima mencionado, se presta ao combate ao patriarcado (figura 8, MDV São Paulo, 2011) “homem também é feminista”; assim como “se eu posso, elas também podem” (figura 9, MDV Curitiba, 2012). Apontamos também o posicionamento contra a violência à mulher, seja ela doméstica ou sexual (figura 10, MDV Recife, 2014), “sou muito homem, não bato em mulher”. Destacamos ainda o apelo por respeito à figura do homossexual masculino (figura 11, MDV Recife, 2014), “afeminado”.





Figura 8– MDV8  
(Domínio Público)



Figura 9– MDV9  
(Domínio Público)





Figura 10– MDV10  
(Domínio Público)



Figura 11– MDV11  
(Domínio Público)

A expressão de combate ao patriarcado configura o principal eixo de participação masculina na MDV. Adiantando algumas questões de análise, podemos afirmar que existe uma diferença fundamental na manifestação corpórea dos indivíduos masculinos no interior das condições de produção da Marcha, que deixa marcada a sexualidade do sujeito. A caracterização masculina heterossexual se atrela à figura do homem descamisado, muito frequentemente sozinho, ou acompanhado de outros indivíduos do sexo masculino, com escritos que suportam a luta feminista – o posicionamento contrário à violência e a expressão do machismo, por exemplo. As inscrições, no entanto, costumam enaltecer certas características masculinas, “sou muito homem”, “se eu posso”, o que evidencia o lugar de opressão criado pelo patriarcado. O pertencimento a uma causa feminista é posto lado a lado com uma autoafirmação da masculinidade. Esse fato pode ser encarado positivamente, se levarmos em consideração que é necessário admitir que existe desigualdade para que se mude esse cenário; ou negativamente, se o sujeito não se submete ao discurso feminista. O ato de comparecer ao evento sozinho ou acompanhado de outros homens, por seu turno, é um sintoma (corpóreo) do desejo (inconsciente) de palear-se com alguma mulher presente no evento. A postura é a mesma adotada por indivíduos solteiros em bares, por exemplo (cf. BRAK-LAMY, 2012).

Por outro lado, a demarcação corpórea do sujeito masculino homossexual ocorre de maneira distinta à do sujeito heterossexual. Apesar de casualmente descamisados como os héteros, os sujeitos homo vestem saias, simulam cabelos amarrando lenços na cabeça, e escrevem mensagens voltadas à defesa da causa gay. Além disso, estão sempre em casais ou grupos com outras manifestantes. O repúdio pelo patriarcado é marcado, muito embora ele esteja voltado à defesa da delicadeza na personalidade masculina, o que se pode notar pela construção “afeminada” em 11. Dentro das condições de produção do discurso gay, ser afeminado é demonstrar características mnemonicamente cristalizadas pela sociedade como essencialmente femininas: delicadeza, serenidade, voz fina, etc. A assunção desse tipo de característica não seria bem quista, já que se colocaria como rejeição direta à “superioridade” da masculinidade, centro estruturante do patriarcado. Vale ressaltar que o repúdio ao homossexual “afeminado” não surge, mas se consolida no interior do próprio grupo gay, com a ascensão de aplicativos voltados à promoção de relacionamentos interpessoais, como o *Grindr*, e o *Scruff*, por exemplo. Nesses meios a construção “não sou, nem curto

afeminado” tornou-se comum, e reflete a memória do patriarcado mesmo em grupos que supostamente se colocariam como contrários a essa ideologia. De toda sorte, e o que quero ressaltar, é que a participação dos homens no movimento feminista é fruto da mudança de posicionamento que assumiu o feminismo a partir da guinada proporcionada pela terceira onda feminista, discutida no próximo tópico.

## 2.4 Segunda e Terceira Ondas

Na contramão do movimento extremista surgem os escritos de Friedan (1971) que além de apontarem o patriarcado como a lógica por trás do sentimento de angústia que sente a dona de casa americana, prediz uma mulher que organize um plano de vida orientado para a mudança da sua condição. A autora retoma a inspiração feminista soviética argumentando ser a lógica da sociedade capitalista um dos fatores que corroboram com o que ela denomina “mística feminina”, um sentimento de não-pertencer, de inquietação, um mal estar desmedido que permeia o *american way of life*. Apesar de esposas dedicadas, com filhos educados e maridos provedores de renda, as donas de casa não se sentem assim tão perfeitas, porque não conseguem conjugar a realização pessoal, a familiar e a profissional, sem que um ou mais desses fatores seja drasticamente afetado. Friedan (1971) elaborou um estudo amplo que reúne declarações de várias mulheres americanas, com faixa etária diferenciada e situações financeiras mais ou menos distintas, com o intuito de investigar a atuação dessa mística feminina na comunidade; conclui a autora que a não realização da mulher nessa comuna cria um tipo de vácuo, um vazio que a dona de casa busca preencher pelo consumismo.

O aumento dos casos de depressão, suicídio, e relacionamentos extraconjugais igualmente se associariam à mística que, no fundo, é impulsionada pela sociedade capitalista e pelo ideal prototípico de família que ela prega. Para Friedan (1971), no entanto, a solução não está necessariamente vinculada à desconstrução do casamento, como formulava Beauvoir, muito menos à segregação sexista das radicalistas: a luta das mulheres deveria se dar pela garantia de políticas que assegurem o seu bem estar, tanto profissional, quanto familiar – se as mulheres unificarem-se e exigirem do Estado a instalação de creches de qualidade, instauração de licenças maternidade e outras ações legislativas, não terão de abrir mão de competir com o homem no mercado de trabalho, nem muito menos de serem livres para casar e ter filhos. Assim, “é errado ficar

apontando opções desnecessárias, que levem a mulher inconscientemente a resistir a um compromisso ou à maternidade e que impedem o reconhecimento das necessárias alterações sociais” (FRIEDAN, 1971, p. 322), alterações essas que garantiriam à mulher saldar compromissos profissionais e políticos, assim como encarar o matrimônio e a maternidade com a seriedade e a liberdade que lhe são apropriadas.

As concepções libertárias de Friedan (1971), ao contrário da despolitização que preconizava Beauvoir (1970), conjugam propósitos marxistas e democratas em favor do indivíduo mulher, que não é homogeneizado por uma ou outra proposição econômica, mas tece sua própria politização com base num princípio de justiça social. Sua mística feminina marca o que será conhecido por *segunda onda do movimento feminista*, caracterizada pela discussão de temas como a ideologia segundo a qual a realização pessoal da mulher se assenta exclusivamente na família e nos cuidados com o trabalho doméstico que, com a expansão da revolução industrial e a popularização de eletrodomésticos, tornou-se menos árduo, significativo e valorizado. Essa corrente liderada por Friedan coexistiu com uma *terceira onda do movimento feminista*, preocupada em assegurar os direitos e atuação femininos não somente às camadas ricas da população, como também aos grupos trabalhistas, que não correspondiam às mulheres de classe média e classe média alta, retratadas por Friedan em seus estudos.

Ativistas como Alice Walker (*In Search of Our Mothers' Gardens: Womanist Prose*, 1983; *The Color Purple*, 1982; *Living by the Word*, 1988) e Gloria Jean Watkins, a.k.a. Bell Hooks (*Feminist theory from margin to center*, 1984) integram o cerne de discussões dessa terceira onda. Questões relacionadas ao colonialismo e ao preconceito racial, à autoidentificação da mulher negra americana, e à garantia de seus direitos, notadamente distintos dos direitos que se aplicariam às mulheres de Friedan, também fazem parte dos debates dessa terceira onda. A reverberação desse discurso na MDV pode ser observada pela assunção da identidade negra, assim como exemplificado na imagem 12, “negra livre” da MDV Recife de 2014. A separação entre as teorias é notoriamente revelada quando Walker faz uso do termo *Womanism* para identificar uma causa que não corresponde necessariamente ao *Feminism*, muito embora compartilhe de várias de suas causas; postura que remete, apesar da negação dessa política por feministas como Beauvoir (1970), Nye (1995) e Butler (1990), à antiga luta entre as classes, a disputa entre seus interesses, e a proteção de suas propriedades.



Figura 12– MDV12  
(Domínio Público)

Não só o *Womanism*, mas diversos outros movimentos separatistas no interior do feminismo surgiram de acordo com a mudança de perspectiva de um ou outro grupo específico, que tomava essa ou aquela concepção teórica ou brecha conceitual, para criar uma nova vertente da Teoria Feminista. Exemplo disso são os movimentos feministas lésbicos, com respaldos nas teorias femininas radicais, a exemplo de Monique Wittig & Sande Zeig em “*Le Corps Lesbien*”, (1973), e “*Brouillon pour un dictionnaire des amantes*”, (1976); assim como um pretense Pós-feminismo, inspirado pela americana Katha Pollitt em “*Reasonable Creatures: Essays on Women and Feminism*” (1995); e, finalmente, um feminismo existencialista francês inspirado em Beauvoir, que opera nas áreas da filosofia e crítica literárias, passeando ainda por áreas vinculadas ao discurso, na identificação e análise de preconceitos que se evidenciam em materiais linguísticos e na linguagem do corpo.

Todas essas facetas correspondem, em maior ou menor grau, ao mesmo movimento social que as engloba, o Feminismo, que mesmo no seu eixo principal, abriga várias divergências referentes à reforma da legislação em relação ao aborto, à prostituição e à pornografia, assim como em relação à discussão religiosa acerca das práticas contraceptivas e a reforma do casamento; e, por fim, em relação à inserção ou

não de travestis e transexuais no corpo dos protestos. Esse existir Feminista paradoxalmente unificado em detrimento de suas contrapartes, assemelha-se ao próprio ser do sujeito pós-moderno cuja metáfora de Nazario (2008) de existir no limiar, numa eterna ambiguidade entre ser concomitantemente homem e não-homem, dialoga com o sujeito lacaniano dividido, descentrado, que se reconhece nas imagens que faz de si e do outro para constituir-se um.

## 2.5 A Quarta Onda

Na concepção da psicóloga e socióloga brasileira Marlise Miriam de Matos (2010), o feminismo no Brasil não demarcou fronteiras tão sólidas como fizera na Europa e América do Norte, que distinguiram o movimento em três ondas distintas. Na visão desta autora, a primeira dessas ondas no Brasil, a exemplo do feminismo anglo-saxão, incidiu sobre o sufrágio feminino, muito embora sem sucesso imediato. Já a segunda confundiu-se com a terceira, podendo ser tomada enquanto uma única fase feminista caracterizada pela resistência contra a ditadura e à dominação masculina, assim como o surgimento de folhetins e ONGs femininas que discutiam a inserção das mulheres no campo dos partidos políticos, sindicatos e associações comunitárias. Feministas da estirpe de Nancy Fraser (*Unruly Practices: Power, Discourse, and Gender in Contemporary Social Theory*, 1989; *Revaluing French Feminism: Critical Essays on Difference, Agency, and Culture*, 1992) já afirmavam uma conjunção entre a segunda e terceira ondas, muito embora o fizessem baseadas na marcação do neoliberalismo americano em uma e outra fase do movimento.

Matos (2010) critica a postura excessivamente nortista de Fraser, e se utiliza dos argumentos de Chandra Talpade Mohanty (*Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures*, 1996) para afirmar que o eixo latino-americano, ou Sul/Sul como o denomina, não só representou certa divergência quanto à vinculação neoliberalista do movimento, como configura uma *quarta onda feminista*, centrada na participação das mulheres no poder Executivo e Legislativo, a criação de órgãos executivos de gestão de políticas públicas em prol da mulher, assim como na institucionalização das ONGs e redes feministas, sobretudo no Brasil. Ao assumir esta postura Matos (2010) prediz uma trans-nacionalidade do movimento, corroborando para uma perspectiva que

descentraliza o Norte e a Europa como os dois únicos provedores de aporte teórico feminista, afirmando haver vida inteligente no lado de baixo do equador.

A autora descreve o eixo latino-americano do movimento feminista como sendo caracterizado por uma “luta por radicalização anticapitalista e uma luta radicalizada pelo encontro de feminismos e outros movimentos sociais no âmbito das articulações globais de países na moldura Sul/Sul” (MATOS, 2010, p. 20); essencialmente diferente do que ocorre nas vertentes nortista e europeia, que pouco têm de anticapitalistas, e menos ainda de homogeneização. A perspectiva que inaugura a socióloga reconhece ainda um circuito de difusão feminista, característica desta quarta onda, que opera com distintas correntes horizontais de feminismos separatistas (francês, lésbico, masculino, etc.) instaurando um único fluxo horizontal do feminismo.

Essa quarta onda feminista, eminentemente “histórica, multicultural, emancipatória e contingente” (MATOS & CYPRIANO, 2008) dissolve as fronteiras geográficas (Norte *versus* Sul) e ideológicas (Capitalismo *versus* Socialismo; Liberalismo *versus* Marxismo) das fases anteriores da Teoria Feminista, com vistas a convergi-las e ressignificá-las, unificando uma prática voltada à justiça social. Dentro dessa agenda concomitantemente social, política, econômica e cultural é que se situa a Marcha das Vadias. Daí a possibilidade de a MDV dialogar e trazer para dentro do movimento discursos e posições-sujeito diferentes, às vezes, conflitantes entre si, conjugando-as e configurando a si própria.

Tendo explanado o modo como a situação de produção do discurso da MDV ocorre, e a maneira como o sujeito feminista se constitui e dialoga interdiscursivamente, concentro-me, a partir do próximo capítulo, em investigar o que nos fala o corpo das manifestantes da MDV. Procuo comprovar a hipótese de que é por intermédio do corpo que se constrói a subjetividade das manifestantes da Marcha. Nesse ensejo, busco ainda contrapor os ecos do SW e o discurso da MDV, de forma a também comprovar a teoria da quarta onda feminista.



## CAPÍTULO III

### Um olhar sobre o arquivo

Este capítulo se destina à descrição e análise do arquivo desta pesquisa. Num primeiro momento, abordo questões relativas ao corpo na Análise de Discurso e na Psicanálise para daí me ater à leitura do arquivo. O objetivo é o de comprovar a hipótese inicial de que a subjetividade na Marcha é construída por intermédio do corpo, no que Vinhas (2014) denomina corpolinguagem discursivo.

#### 1. Do discurso político ao Discurso do Corpo

Meu intuito, no capítulo I deste estudo, foi o de situar a AD, levando em consideração suas vinculações teóricas, principais postulados, e as condições sócio-históricas de sua constituição. Descrevi a maneira como a teoria foi arquitetada na França por Pêcheux e caminhei, a partir do capítulo II para o aprofundamento dos conceitos-chave que embasaram a pesquisa, além da caracterização do sujeito feminista em constante diálogo com a MDV. A partir deste ponto, detenho-me numa breve explanação de como a AD foi recepcionada no Brasil, com vistas a introduzir mais apropriadamente o corpo como materialidade passível de ser analisada pela AD. A ideia não é necessariamente traçar um panorama histórico aprofundado, mas contextualizar o objeto de estudo deste texto, tido que, num primeiro momento da AD no Brasil, não se conceberia o corpo como objeto de análise. Mencionamos, ainda que brevemente, os principais expoentes da AD no Brasil, refletindo inicialmente sobre esta nomenclatura.

Precisamos levar em consideração, em se tratando de tentar definir uma “escola” ou tendência brasileira de se trabalhar com AD, certos fatores acerca da definição de escola, dentro e fora do solo brasileiro. Para Orlandi (2003), é problemático definir uma escola de AD francesa, já que essa alcunha passou a agrupar trabalhos que mesclam diversas outras disciplinas, como a pragmática e a sociolinguística, por exemplo, que nem sempre permitem dialogar com as bases da Análise de Discurso pecheuxtiana. O que acontece, segundo a autora, é uma confusão gerada por Louis Guespin



(*Problématique des travaux sur le discours politique, 1971*), ao atribuir à AD o título de escola, de maneira a subgrupá-la no interior da sociolinguística. Portanto, essa nomenclatura “não recobre um conjunto de trabalhos que tenham uma consistência interna (teórica) e histórica” (2003, p. 1).

Na outra ponta deste paradigma, e ainda segundo Orlandi (2003), poderíamos falar desta disciplina como americana ou francesa, se designarmos as diferentes abordagens que as tradições de estudos desses locais deram à teoria. Orlandi (2003) acredita que o Brasil é um fecundo produtor de analistas de discurso, “profissional, intelectual e institucionalmente consequente” (2003, p. 13), e que assim, esse conjunto de pesquisas sobre discurso produzidas na França que têm Pêcheux como um de seus maiores expoentes, inspirou estudos semelhantes por filiação. Dessa maneira, pensaríamos na AD produzida no Brasil como uma vertente inspirada nos estudos franceses (mas não meramente reprodutora desses postulados), e só assim falaríamos de uma AD brasileira.

Para Leandro Ferreira (2005), desde o desaparecimento de Pêcheux em 1983, a Análise de Discurso perde força na França e no resto da Europa, fazendo com que grandes estudiosos da área se preocupassem com outros campos do conhecimento, a exemplo da Antropologia histórica e política. No entanto, no Brasil, no final da década de 1970, os trabalhos de Eni Orlandi sobre a obra de Pêcheux instauraram a tendência de se pensar o discurso (sobretudo, neste primeiro momento, o discurso político), e não apenas as estruturas linguísticas, como se fazia até então. Para a autora (2005) a chegada da AD no Brasil marca a diferença nas relações entre a Análise de Discurso europeia e a americana, no que diz respeito ao tratamento da linguística. Enquanto a postura da primeira é de ruptura (a exemplo do corte saussuriano língua/fala, para língua/discurso), a segunda alarga o escopo, passando da frase ao texto, sem muitas desavenças com a linguística. Essa postura de ruptura da AD, a conexão com o estruturalismo e com marxismo, além de seu interesse pela análise do político e ideológico ajudaram a criar a imagem de “sisuda” que precedeu a teoria de Pêcheux no Brasil.

Num segundo momento de afirmação da AD no Brasil, nos anos 1980, outros discursos passaram a ser analisados, além do político, (a exemplo do religioso) e, posteriormente, toda sorte de dizeres, em diferentes materialidades, sempre na perspectiva de movimentar os limites dos conceitos da teoria (cf. Indursky, Leandro

Ferreira, Baronas, Dela Silva, Galo, Zoppi-Fontana, Mariani, Lagazzi); a inspiração para tanto é notadamente Pêcheux, em suas últimas publicações, ao abrir espaço para a análise de todos os discursos do cotidiano. Nesse enquadramento, destacamos dois dos diversos trabalhos de Orlandi, a saber: *O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo* (2007), e, *À flor da pele: indivíduo e sociedade* (2006), os quais discutimos, no intuito de situar a tendência em se considerar a escrita, em especial a escrita no corpo, enquanto material de análise de discurso. Ao percorremos este caminho, apontamos a escrita no corpo dos manifestantes da cidade enquanto marcação de pontos de referência para o sujeito, de pertencimento, solidariedade, ou resistência para com determinados sentidos, filiados a uma formação-discursiva. Nesse entorno, situamos as manifestantes da Marcha das Vadias e sua relação com o discurso por intermédio do corpo.

Orlandi (2007) nos aponta dois momentos no movimento de constituição do sujeito. O primeiro desses momentos é a interpelação pela ideologia, o assujeitamento propriamente dito, o movimento exercido “de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção” (PÊCHEUX & FUCHS, 1995, p. 165-166). Daí decorre a afetação do sujeito pelo simbólico e pelo histórico. Nesse paradigma da interpelação, o sujeito é assujeitado por uma formação discursiva dominante, regulada por uma forma-sujeito associada à ideologia dominante, relacionada ao modo de produção capitalista, no caso da sociedade contemporânea. Assim, podemos afirmar que a forma-sujeito contemporânea é a forma jurídica, iniciada com a ascensão do capitalismo ainda na Idade Média.

Segundo Orlandi (2007) a interpelação do sujeito resulta numa forma-sujeito que é histórica e também social, daí situar a individualização do sujeito pelo Estado como segundo movimento da sua constituição. Para Orlandi (1999): “uma vez interpelado em sujeito, pela ideologia, em um processo simbólico, o indivíduo, agora enquanto sujeito, determina-se pelo modo como, na história, terá sua forma individual(izada) concreta” (ORLANDI, 1999, p.16). Neste caso, pelo que a autora denomina sujeito do capitalismo, submisso ao Estado, e detentor de direitos e deveres.

O segundo momento de constituição mencionado por Orlandi (2007), tomando a perspectiva do sujeito do capitalismo, seria o de resistência à uniformização, de individualização frente à referida neutralização / apagamento dos interesses individuais

pelo Estado. Desta maneira, esse sujeito busca maneiras de cair fora da norma para afirmar-se sujeito numa conjuntura social de segregação, afetada pela urgência que tem o homem pós-moderno em conquistar algo sólido, o quanto antes possível, em ver resultados sem preocupar-se com os meios de obtenção, numa busca egoísta, hedonista, e muitas vezes simulada (cf. Nazário, 2008). Pensando no modo como essa individualização se articula, Orlandi (2007) elege a cidade, o ambiente urbano, como exemplo de espaço social politicamente dividido, estando nele as diferentes formas de marcação do sujeito por intermédio da escrita. É importante ressaltar que, nesse contexto, a dimensão da escrita é alargada para além do papel ou da tela, em direção às portas de estabelecimentos comerciais, às placas, aos muros e viadutos. Essa é uma escrita pensada em relação à construção do social no imaginário urbano. Nas palavras de Orlandi:

Refletimos pois sobre a escrita, pensando o desenho atual do espaço urbano com os loteamentos fechados e condomínios que têm redistribuído o espaço da cidade, rarefazendo a prática da sociabilidade, redesenhando o que é público em bolsões e corredores, redefinindo os territórios que se tornam muitos raros e muito cheios. (ORLANDI, 2007, p. 16).

A autora passa então a analisar o grafite como meio de o sujeito marcar a sua individualidade e, ao mesmo tempo, denunciar a segregação social por intermédio dessa inscrição que grita a “todo momento ‘eu existo’, ‘eu estou aqui’” (2007, p. 19). Se tomarmos essa noção estendida de escritura não somente enquanto ato de individualização da forma-sujeito, mas também como modo de autoafirmação e pertencimento, de solidariedade entre os membros de um determinado grupo resistente, podemos pensar na inscrição como símbolo na construção de pontos de referência para o sujeito. Orlandi (2006), em seu ensaio “À flor da pele: indivíduo e sociedade”, utiliza-se da noção de *esprit de corps*<sup>26</sup> para conceber também a tatuagem (além do tag, do grafite e do pixe) como uma dessas referências, um símbolo que representa a singularidade do sujeito na tentativa de ser Um, no todo da sociedade.

Ainda a respeito das tatuagens, Baldini & Souza (2012) igualmente encaram a inscrição marcada na pele como furo no processo de individualização do sujeito pelo Estado a que se refere Orlandi (2006). Os autores tratam do corpo como parte

---

<sup>26</sup> “Espírito da sociedade”, do conceito freudiano encontrado em *Psychologie des masses et analyse Du Moi*. Segundo ele, nas palavras de Orlandi (2006), ninguém deve se colocar à frente, mas parecer ter a mesma coisa (2006, p. 24); uma equivalência entre o corpo e o grupo; ou o corpo do sujeito e o corpo social, com membros, cabeça (líderes), órgãos, células, etc.

constituente da subjetividade, e também como suporte dos discursos, no caso, aqueles veiculados pela tatuagem, subdivididos em cinco grupos distintos. O primeiro deles abrange a vida social como palco do drama social; o segundo, códigos da vida cultural; o terceiro, o ciframento das FDs; o quarto, as marcas das letras no corpo; e, finalmente, os significantes relacionados entre si e reunidos pelo viés do sentido.

Os autores mencionam que o sujeito é corpo, mas não deixam de tratar do corpo enquanto construto incompleto e cheio de furos. As tatuagens assim denunciam o lugar de falha, o real do corpo, escancarando o buraco deixado pela constituição do sujeito. Ainda segundo Baldini & Souza, a tatuagem é uma forma de o indivíduo buscar a diferença e ser sujeito de si mesmo, seguindo o modelo proposto por Orlandi (2007) de criação de pontos de referência do sujeito, marcas de pertencimento a determinado grupo social.

No caso das manifestações de linguagem analisadas por Orlandi e também por Baldini & Souza, o discurso era o urbano, a escritura de si dos sujeitos na sociedade contemporânea. Nosso intuito, no entanto, é pensar a escritura no corpo enquanto extensão da simbolização de uma posição-sujeito constituída por novas formas de subjetivação do urbano, notadamente os escritos nos corpos dos manifestantes da cidade, resistentes ao movimento de apagamento dos interesses individuais pelo Estado. Nesse enquadramento, destacamos as manifestações contra duas posições do Estado, na sua representação hegemônica: a moralista e a machista. Aí situamos a luta a favor da reconstituição da legislação, no relativo ao crime de estupro e ao aborto, abarcada pela Marcha das Vadias. Com relação ao aborto, cabe mencionarmos a influência que a religião exerce sobre o corpo, tido que decisões como esta estão intrinsecamente ligadas às tomadas de posição religiosas. Nesse ensejo, abordo a partir deste ponto a relação do corpo com a religião, com destaques ao catolicismo, tido sua relevância sócio-histórica na sociedade brasileira.

## **2. O corpo no catolicismo**

Existe, seguindo a lógica herdada pela filosofia platônica e acentuada pela visão cartesiana nas ciências, uma cisão entre corpo e alma, uma polarização entre a matéria e o espírito, a carne e a mente, o psíquico e o somático; e, porque não

mencionar, entre a materialidade e o inconsciente, o sujeito empírico e o sujeito do discurso. O estudo dessa divisão abrange hoje diversas áreas do conhecimento, como a sociologia (BRETON, 2006) e a psicanálise (CAMPOS & WINOGRAD, 2010), mas se concentrou, ainda na Era Medieval, na filosofia, lugar de onde surge a separação entre “infinito (Deus) e finito (homem, mundo), a diferença entre razão e fé (a primeira deve subordinar-se à segunda), a diferença e separação entre corpo (matéria) e alma (espírito)” (CHAUÍ, 2000, p. 54), além da subordinação dos humanos a seres maiores, como Deus, os santos e os anjos. Vinhas (2014), ao se referir ao corpo, delimita dois lugares marcados para esse conceito na história, a fim de explaná-lo no campo da AD. De um lado, a noção de corpo jurídico; e de outro, a de corpo no catolicismo, com alusão à cisão filosófica medieval a qual referimos.

O primeiro desses lugares marcados pela autora (VINHAS, 2014) faz referência à interpelação do sujeito pela forma-sujeito jurídica, fruto do capitalismo. Segundo Pêcheux & Fuchs (1997), a interpelação ideológica pode ser compreendida como religiosa e policial, levando em consideração, de um lado, a conexão com o ARE, “o aparelho jurídico-político que distribui-verifica-controla ‘as identidades’” (PÊCHEUX, 2009, p. 140), e de outro, com os AIE, ou seja, a conexão entre sujeito de direito e sujeito ideológico. Para Vinhas (2014), essa ligação é determinada pela infraestrutura econômica, fazendo alusão ao modelo superestrutural de Althusser (2008), ou modelo piramidal.

O segundo marco elencado por Vinhas (2014), o corpo no âmbito religioso, é tomado como equivalente a “corpo no catolicismo”, já que a autora inicia sua exposição afirmando ser o discurso religioso católico o discurso religioso dominante, dado o seu poder de interpelação e relevância na conjuntura sócio-histórica. Essa importância é demonstrada não somente pelos efeitos de suas práticas discursivas, como também pelo seu papel na estruturação social, que “tem por base o Estado de Cristandade estabelecido no Império Romano, o qual tem efeitos até hoje nas civilizações ocidentais” (VINHAS, 2014, p.86). Para Vinhas, essa dominação implica numa forma-sujeito religiosa que perde forças com a ascensão da forma-sujeito de direito (jurídica), acentuada no período posterior à Revolução francesa, e consequente fortificação do discurso jurídico, uma expressão da ideologia capitalista. Acrescenta Ernst (1991) que a emergência do sujeito de direito se coaduna à emergência do Estado, que marca a ambiguidade do sujeito em ser, ao mesmo tempo, proprietário e

parte de uma “massa uniforme de sujeitos assujeitados, que se iludem achando que são iguais” (ERNST, 1991, p. 17).

Essa passagem da superestrutura cristã para a capitalista e a gênese do Estado, segundo Vinhas (2014), fez com que o principal aparelho ideológico da antiga arquitetura – a Igreja –, fosse atacada, e novos AIE fossem criados. Destaca Vinhas (2014) que, nessa passagem do teocentrismo para o logocentrismo, a forma de punição é radicalmente alterada. Antes do Estado, quem infligisse a lei (de Deus) era punido com o suplício, o castigo no corpo; depois do Estado, a punição passa a ser a “privação da liberdade” e a “vigilância (a punição na alma).” (VINHAS, 2014, p. 87). É contrapondo essas duas abordagens sobre o corpo – a religiosa e a capitalista/jurídica – que encaminharemos o desenvolvimento teórico acerca deste conceito. Foquemos, neste primeiro momento, nas concepções religiosas sobre o corpo.

A primeira concepção de corpo no campo do discurso religioso é aquela encontrada em Gênesis, o primeiro capítulo do Antigo Testamento da Bíblia, que prediz ter sido o homem criado a partir da imagem e semelhança de Deus: “Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança” (GÊNESIS, 1:26); “E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou” (GÊNESIS, 1:27). Apesar da referência equiparar a criação do homem a da mulher num mesmo espaço-tempo como dois seres distintos, outro trecho do mesmo livro ilustra que “então o Senhor Deus fez cair um sono pesado sobre Adão, e este adormeceu; e tomou uma das suas costelas, e cerrou a carne em seu lugar; E da costela que o Senhor Deus tomou do homem, formou uma mulher, e trouxe-a a Adão” (GÊNESIS, 2:21,22). A dubiedade dessa formulação – serem homem e mulher corpos distintos versus serem homem e mulher parte de um mesmo corpo (do mesmo surgir o diferente), é em parte atribuída à tradução do termo “basar”, que designaria tanto carne, quanto corpo.

O estudo do termo “basar” é de Léon-Dufour (1992) que diz haver diferenças entre as recorrências desse termo na Bíblia. A primeira delas, exemplificada pela formulação em que Adão e Eva formam um só corpo, é a de que, na verdade, homem e mulher são partes da mesma carne, sendo, carne, nesse paradigma, a união do corpo e da alma. Outra interpretação, segundo Léon-Dufour (1992), é a de que o corpo e a alma sejam entidades separadas, e que a primeira esteja ligada ao pecado (os pecados

da carne, a lascívia e a luxúria), enquanto a segunda, à redenção divina. Numa terceira abordagem deparamo-nos com a interpretação que prediz o homem ser corpo e alma juntos, de maneira a impossibilitar a teoria da reencarnação – já que alma não se separa do corpo, e os dois formam a carne. A última dessas abordagens considera o corpo como não pertencente ao homem, mas sim ao Espírito Santo. O corpo é o templo do Espírito, e por isso deve afastar-se dos pecados da carne e servir a Deus, em busca de salvar a alma. Nesse prisma, os homens são membros do corpo de Cristo.

Além dos pecados da carne, existem outras formas de atentado à morada do espírito, como o aborto, por exemplo. Neste caso, tanto se atenta contra o corpo quanto ao espírito, já que, seguindo a lógica do pensamento católico, nega-se com o aborto o milagre divino que é a produção da vida. Nas condições da MDV, apesar de existirem algumas desavenças com relação ao ato abortivo, a maioria das manifestantes assume a postura pró-aborto. Situamos aqui a religião católica enquanto Aparelho Ideológico de Estado, atuante, portanto, no processo de interpelação, e elencamos a posição contra-abortiva como dominante na FD cristã.



Figura 13 – MDV13  
(Domínio Público)



Figura 14– MDV14  
(Domínio Público)

Para exemplificar o que referi, atennamo-nos a leitura destas duas imagens oriundas da MDV Recife de 2014. Na figura 13, lemos “aborto legal já!” no corpo de duas manifestantes; na figura 14, uma manifestante está amarrada e amordaçada num ato simbólico que remete à repressão ao posicionamento feminino na sociedade. Ambos os casos configuram dissidência frente à posição do catolicismo, embora de maneiras distintas. Em 13, a dissidência se dá pelo posicionamento favorável ao aborto, o atentado ao corpo e ao espírito. Em 14, o protesto atinge os preceitos bíblicos de sujeição e recato da mulher, perpetuados pela moral. Na medida em que avançam na dissidência, as manifestantes se afastam da posição religiosa e se aproximam do discurso democrático-jurídico, o que pode ser percebido tanto pelo uso da palavra “legal”, quanto pela “injustiça” representada em 14: a castração dos direitos, da expressão/domínio do corpo, e da voz.

A castração do domínio e da expressão do corpo pela moral católica é a responsável pela circulação das formulações “meu corpo, minhas regras”, “eu decido”, e “dona de mim”, recorrentes nas condições de produção da MDV. Essa busca acentuada pelo domínio sobre o corpo, no entanto, nos moldes do que nos afirma Indursky (1998), pode ser considerada como a tentativa do sujeito de encobrir



a cicatriz das feridas narcísicas e retomar o controle sobre si e sobre o corpo. Para Indursky (1998), a descentralização do homem como figura central e onipotente pode ser explicada pelo viés de três acontecimentos, ou feridas narcísicas na história da humanidade. As duas primeiras são a descoberta de Copérnico de que a Terra não é o centro do sistema solar, e a Teoria da Evolução das Espécies de Darwin. A terceira destas feridas diz respeito às considerações de Freud acerca do inconsciente, o que retira do homem o controle dos seus atos. O que se percebe é que há uma tendência do sujeito em encobrir as marcas desses acontecimentos, tentando reaver o poder sobre si, individualizando, possuindo e dominando. Como afirma Vinhas (2014, p. 113), esse sujeito se coloca como uma espécie de “Barão de Münchhausen do século XXI.”. Com o intuito de aprofundar essa relação entre o sujeito, o corpo e o inconsciente, detemo-nos, a partir deste ponto, a discutir o conceito de corpo para a psicanálise, e a forma como se arquiteta a subjetividade sob este pano de fundo.

## **2.1 Do viés psicanalítico ao discursivo**

Em se tratando de corpo na área da psicanálise, não podemos deixar de considerar os estudos de Freud & Breuer (1895/1994), pioneiros em postular haver uma interdependência entre o psíquico e o somático (em especial no célebre estudo sobre histeria), além de firmarem a concepção de inconsciente e de pulsão, essenciais para o entendimento da subjetividade no interior da psicanálise. Atenho-me a uma breve discussão sobre o funcionamento desses conceitos para a construção da categoria de sujeito, e resalto a importância de se tratar desta questão pelo atravessamento da teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica), que o próprio Pêcheux, em parceria com Fuchs (1997), estabelece entre a linguagem, o discurso e o materialismo histórico.

Correndo o risco de operar uma redução grosseira da teoria freudiana, podemos tentar definir o conceito de pulsão por, pelo menos, três assertivas: a) pulsão é uma força motriz do sujeito que toca tanto no somático, quanto no psíquico, mas que não se define nem por um, nem pelo outro; b) a pulsão é movida pelo desejo; c) o trabalho pulsional, cujo objetivo é a satisfação do desejo, resulta num processo/trabalho (somático), representado no psiquismo pela pulsão. De onde podemos aferir que a pulsão funciona, conforme apontado por Ferreira (2011), como

motor da psicanálise, assim como a resistência é o motor da AD (FERREIRA, 2011, p. 185).

Interessa destacar que a histeria, por exemplo, é um fenômeno tanto da ordem somática, quanto da ordem psíquica, já que são as pulsões recalçadas de desejos inconscientemente reprimidos (e trazidos à deriva mnemonicamente) que ocasionam os sintomas no corpo. Isso nos permite estabelecer conexão entre o corpo e o sujeito, de maneira que é impossível, na esteira do pensamento freudiano, conceber a subjetividade em paralelo ao corpo, corpo é subjetividade.

Ainda no âmbito da psicanálise, mas desta vez mais especificamente ligada à linguagem, a questão do corpo, nos estudos lacanianos, pode ser interpretada com base em três instâncias: o real, o imaginário e o simbólico, constituintes do aparelho psíquico. Para Lacan (1966/1998), o corpo está fragmentado e ganha unidade por intermédio do trabalho do ego, ou, mais precisamente, do trabalho da linguagem do Outro, que constitui a imagem do corpo. O caso utilizado por Lacan é o Outro materno que corporifica a criança, por exemplo, em frente ao espelho e indicando “este é você”, consciência que opera no imaginário e cria uma unidade corporal, uma identificação imagética.

Essa imagem proporcionada pela fase do espelho (LACAN, 1998), para Ferreira (2011), é da ordem da linguagem. É por meio da linguagem, da interação, que a imagem que o Outro propicia do eu é construída. Esse seria o corpo enquanto simbólico, um efeito dos significantes da linguagem. Para Morales (2002, p. 67), no primeiro caso, o imaginário é um mundo fechado (ideal) entre o Outro materno e criança; a ascensão da figura paterna, aí representada pela linguagem, é a quebra desse padrão e o marco da inauguração do inconsciente por intermédio da falta (e do desejo de saná-la), da passagem do eu especular ao eu social.

Por esse viés, o corpo é uma construção discursiva, de maneira que “não é a natureza que nos dá um corpo. O corpo se fabrica com o discurso” (FERREIRA, 2011, p. 179). Dessa maneira, no seio da teoria lacianiana, existe um corpo da ordem do imaginário que se constrói por intermédio da imagem, e um corpo simbólico, marcado pelo significante. Aquilo que não pode ser simbolizado, ou que resiste a essa simbolização é o real do corpo. Soler (2010) concebe o real do corpo como aquilo que congrega e materializa a relação somático x psíquico e que aparece como sintoma, um acontecimento no corpo. O corpo do real é movido pelo gozo, que é sintomático. Na relação do real com o corpo, não é o desejo que atua na construção da singularidade,

como no simbólico, tido que ele (o desejo) é formado na relação com o Outro que é simbólica (intermediada pelo significante); o sintoma, por seu turno, é a expressão física das pulsões, e não se simboliza, apesar de significar. As três facetas abordadas – o imaginário, o simbólico e o real –, estão interconectadas e são indissociáveis, se arquetam num nó borromeano (FERREIRA, 2011) de forma a dar conta de explicar a totalidade desse corpo desejante e pulsional que fala, que falta e que goza.

Interessa destacar que este corpo que falta, incompleto, passa a integrar a subjetividade, no que Vinhas (2014, p. 166) denomina “corporeidade discursiva”. Para a autora, a incompletude do corpo está relacionada à incompletude da língua, de maneira que os reais dessas duas instâncias em conjunto com as marcas ideológicas igualmente incompletas, constituem a subjetividade. Para Vinhas “é entre faltas que o sujeito se torna sujeito e, ao passar entre essas faltas, através de materialidades incompletas de sentido, o sujeito vai se subjetivando por meio dos processos de subjetivação” (VINHAS, 2014, p. 166). A autora pensou o corporeidade discursiva atrelado às marcas da ideologia deixadas no corpo, a exemplo do engordamento. No caso da Marcha, pensamos nestas marcas sob três vieses diferentes, a saber, a) o estupro; b) o aborto; e, finalmente, c) o domínio sobre o corpo. Deteremo-nos na investigação destes temas a fim de elencá-los como *sintomas ideológicos*, marcas somáticas daquilo que é psíquico, na análise do arquivo selecionado para esta pesquisa.

### 3. Entrando no arquivo

Como venho discutindo, a proposta desta minha leitura é a de demonstrar que a construção da subjetividade na marcha se dá por intermédio do corpo, de maneira que as duas instâncias – corpo e sujeito –, são indissociáveis, o corpo é a própria subjetividade, seu processo de subjetivação é em si a corporificação do sujeito. Para tanto, aproprio-me do conceito de corporeidade discursiva de Vinhas (2014), e procuro analisar o que denomino sintoma ideológico, a marca somática da ideologia, essencial para a constituição do sujeito. Nesse processo, trato de sujeito da marcha como equivalente a sujeito feminista (já que a MDV é um movimento feminista), especificando o discurso das diferentes ondas do feminismo interdiscursivamente marcado nos dizeres das manifestantes da MDV. Explico esse constante retorno pelo viés da teoria sociológica,

mais especificamente a teoria da quarta onda feminista (*feminist sidestreaming*) de Matos (2010), uma onda que converge os diferentes posicionamentos das ondas anteriores num só fluxo horizontal.

É igualmente relevante especificar que tomo a forma-sujeito do capitalismo como dominante e que o sujeito feminista filia-se a diferentes expressões dessa forma-sujeito. De um lado, está a formação discursiva jurídica, aquela ligada ao direito e à democracia; e, de outro, a formação-discursiva religiosa, na sua expressão cristã. O corpo neste paradigma se encontra como pertencente ao indivíduo, no caso da FD jurídica, e pertencente a Deus, no caso da FD cristã. Considero o próprio Estado, como ARE na manutenção da interpelação à FD jurídica, e a Igreja como principal AIE na manutenção da interpelação da FD cristã. É importante ressaltar que, apesar de polarizar a FD jurídica e a cristã, entendo que se vinculem à mesma forma-sujeito capitalista, e que, mesmo havendo no interior das próprias FDs, dominância ou dissidência, identificação, contra-identificação, desidentificação, etc., as FDs não são blocos estanques, nem homogêneos. Tendo esclarecido estes pontos, atenho-me à discussão acerca do arquivo.



Figura 15– MDV15  
(Domínio Público)



Figura 16– MDV16  
(Domínio Público)

As duas primeiras imagens são respectivamente as costas e a face de uma mesma manifestante na MDV Recife de 2014. Em 15, se lê “meu cu é laico”, em “16”, o cartaz diz “transfobia não passará”. O olhar sobre estas duas imagens em específico enveredará por três caminhos, não necessariamente excludentes, mas delimitados com o intuito de didatizá-los. São eles: a) a reverberação da terceira onda do movimento feminista na MDV; b) a dissidência do discurso religioso; c) o sintoma ideológico no corpo. Com relação ao primeiro ponto, deparamo-nos com uma manifestante transexual, que agrega questões ligadas à transfobia e ao Estado laico às questões abarcadas pela Marcha. A reverberação a que faço referência aqui é aquela da terceira onda feminista que descentralizou o grupo até então dominante do movimento – branco, de classe média, e heterossexual, fragmentando os protestos femininos em subgrupos ligados a causas específicas, como a do movimento negro, ou do movimento gay, por exemplo. A isso corresponde haver aí um alargamento dos interesses iniciais da Marcha – a proteção da vítima do crime de estupro, em direção a questões ligadas ao gênero e à maneira como as transexuais são tratadas perante a justiça.

A manifestante se utiliza dos dizeres “meu cu é laico” para ironizar o Estado laico previsto na constituição brasileira. O sentido que daí deriva é o de que, na realidade, são adotadas posturas religiosas pelo Estado de maneira recalcada, o que interfere na tomada de decisões supostamente laicas. Essa constatação surge do despreparo do governo nas questões ligadas ao tratamento dos direitos das pessoas

transexuais e homossexuais, assim como a legalização do aborto, e outras decisões legais que esbarram na formação discursiva religiosa cristã, nas suas duas expressões dominantes no Brasil, a católica e a evangélica. É importante ressaltar aqui, como comentado anteriormente, que tomo a FD religiosa e a FD jurídica como opostas, com base na ascensão do Estado e declínio do poderio da igreja na formação social capitalista. Dessa maneira, e assim como comentado nos exemplos 13 e 14, existe uma dissidência com relação à FD religiosa, e consequente identificação com a FD jurídica, que busca pela garantia dos direitos da pessoa trans.

O *sintoma ideológico* no corpo a que me referi anteriormente faz alusão à desidentificação do sujeito com o próprio corpo. Para que entendamos a complexidade da transexualidade, não podemos meramente limitar a desidentificação do sujeito com a *imagem* do corpo, essa ruptura é realizada concomitantemente entre o campo somático e o psíquico, e se dá com o real do corpo, e não com o imaginário ou o simbólico. Significa dizer que não é coerente afirmar que algo falha na fase especular e o sujeito não se reconhece como eu, mas como outro; a transexualidade não está limitada ao simbólico, mas sim em simbiose com o somático. Em termos discursivos, a readequação do corpo ao gênero provoca um acontecimento enunciativo no interior da formação-discursiva, materializando no corpo o desejo, próprio da subjetividade. Elencamos então, a readequação de gênero como um sintoma ideológico, um efeito do imaginário no real do corpo, uma subjetividade corpórea.

Nesse caso, para Vinhas (2015, p. 148), o real do corpo se relaciona com o real da língua, de maneira que os dois reais dessa relação constituem, em conjunção com a marca ideológica, a subjetividade. Dessa maneira, é por entre as lacunas das materialidades – corpórea, linguística e histórica –, que se constitui o sujeito. Na esteira das marcas ideológicas que trazem “elementos materiais para os processos de significação do corpo na formação social” (VINHAS, 2015, p. 148), destacamos, por intermédio das análises das imagens 17 e 18 abaixo, o conhecimento sobre o corpo como mecanismo de apropriação sobre o mesmo, de maneira que a posse de si e a liberdade de escolha representam o posicionamento pró-abortivo das manifestantes da MDV.





Figura 17– MDV17  
(Domínio Público)



Figura 18– MDV18  
(Domínio Público)

a no corpo de uma das manifestantes; em 18, figuram a mesma mulher que em 17, e outra manifestante com a palavra “abortei” desenhada na barriga. No primeiro caso, os dizeres recuperam mnemonicamente a formulação “*mea culpa, mea culpa, mea maxima*

*culpa*” (ABRIDGED CATECHISM, 1838, p. 28), utilizada no *Confiteor* – a ladainha que, segundo Léon-Dufour (1992), antecedia as confissões na igreja católica até o século XX. O confiteor também se caracteriza por três batidas no peito em cada *mea culpa* proferido, e ainda é realizado em certas ordens de monges. O ato de reclamar para si a vulva, a parte externa da genitália feminina, implica em, pelo menos, duas assertivas em relação ao pronunciamento da manifestante em questão: em primeiro lugar a) essa vulva não pertencia à mulher; e b) a tomada de posse da vulva, sendo realizada em tom de confissão, é encarada como pecado.

A dissidência com relação à FD cristã, nesse caso, se dá pela resistência à posse do Espírito/de Deus sobre corpo, como prega a Bíblia. Observe-se ainda, que o fato de a manifestante arquitetar essa afirmação em forma de confissão, não implica necessariamente em desidentificação, mas numa contraidentificação, o que nos faz pensar numa terceira FD, afetada tanto pela FD católica, quanto pela FD do capitalismo, criando um espaço atravessado pela luta democrática e pelos valores cristãos, sem necessariamente se filiar ao catolicismo ou ao Estado democrático. Podemos denominar essa terceira FD intervalar como *Agnóstica Teísta*, já que abnega a religião como estruturadora da sociedade, como o faz o Estado, mas não deixa de acreditar em certos preceitos cristãos, como a própria figura de Deus, por exemplo.

Ainda sobre a formulação “minha vulva, minha Max vulva”, podemos destacar que o termo latino original “maxima” foi substituído por “Max”, uma relação de deslocamento via efeito metafórico que aponta para a conexão com os ideais de *Marx*, para quem nem o Estado Capitalista, nem a Igreja Católica deveriam estar no centro do poderio da sociedade, reforçando a posição de entremeio que figura no interior da FD agnóstica teísta. A utilização de “vulva”, por sua vez, remete à liberdade sexual, que esbarra na moral cristã ao rotular as mulheres solteiras e sexualmente ativas como promíscuas e vulgares. O pecado da carne nesse caso é o que está sendo confessado, embora por ele não se clame por absolvição. A posse da vulva também implica no conhecimento sobre ela, na prática da masturbação, no gozo desse corpo desejante.

Para Baldini & Souza (2012, p. 74), além da pintura, também podem ser encarados signos do corpo as entrâncias, folículos, membros, arranhaduras, rasgos, arranhamento, engordamento, queimaduras, perfurações, mutilações, cortes, distensões; enfim, tudo aquilo que caracterize um ciframento das formações discursivas do sujeito.



Nesse enquadramento destacamos o ato de ter abortado. O dizer “abortei” trazido pelo corpolinguagem discursivo da manifestante da figura 18, como sintoma ideológico da falta da criança na barriga. Em 18, assim, assumir que abortou significa resistir ao AIE da Igreja Católica e, ao mesmo tempo, criticar a ausência de tratamento médico adequado pelo ARE, já que fui eu, sozinha “que abortei”. Não existe preparo médico assegurado pelo Estado à população em questões relativas ao aborto, o que também filia 17 à FD agnóstica teísta. Ressaltamos ainda a conexão com a segunda onda do movimento feminista, que mantinha relações com o marxismo (17), e reclamava o direito à liberdade dos padrões morais (18).

O sintoma ideológico do corpolinguagem discursivo em 18 aponta para a constituição própria do sujeito como indivíduo, já que menciono uma falta no processo de corporificação onde se encontra o real do corpo com o real da língua (no caso de 18, a falta do bebê na barriga). No entanto, também discuto o sujeito como sendo do âmbito social, já que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, fala de uma posição e filia-se a uma formação discursiva, logo não pode ser encarado como indivíduo. Vinhas (2014) dá conta dessa ambiguidade no processo de subjetivação com a formulação do corpolinguagem discurso abarcando a faceta individual pelo viés do sintoma, e o social pela construção (social) do desejo. A autora propõe assim um deslocamento no tripé constitutivo do discurso para linguagem, história e corpo, que arquitetam a categoria de sujeito.

A constituição do sujeito, que perpassa pelo corpolinguagem, pode ser percebida, sempre segundo Vinhas (2014), por três eixos analíticos, quais sejam: a) o corpo como suporte do discurso; b) o corpo como materialização do discurso, e, finalmente c) o corpolinguagem discursivo em si, como manifestação do sujeito. Na introdução deste estudo, refiro-me a uma paulatina mudança na materialidade dos objetos discursivos da MDV, de faixas e cartazes às manifestações corpóreas. Conforme esclareço na própria introdução, aproprio-me da ideia de humilhação inaugurada por Haroche e discutida por Vinhas, para explicar a transição do exercício do poder do Estado sobre o sujeito – da gramática ao corpo –, sempre sobre a égide da dominação ideológica do sujeito de direito.

Na mesma esteira de raciocínio, apresento mais acima neste texto, a noção de *esprit de corps* discutida por Orlandi (2007), para distinguir o corpo social, o espírito do

corpo, do corpo individual. A guinada é a mesma, ainda que sob perspectivas diferentes. No primeiro caso deparamo-nos com a individualização do sujeito pelo Estado por intermédio da opressão; no segundo, a resistência à individualização do sujeito pelo Estado, com a construção de pontos de referência do/pelo próprio sujeito (tatuagens, *piercings*, tags, escrituras no corpo, etc.). A correlação entre os dois processos de construção da subjetividade é notadamente o corpo e a forma como o sujeito se corporifica, de onde provém o encontro dos reais – do corpo e da língua –, que deixa marcado o sintoma ideológico. Durante boa parte da minha discussão, apresento exemplos onde o corpo serve de suporte para as inscrições das manifestantes da MDV (cf. figuras 5 e 13, por exemplo), entretanto, e conforme elencado por Vinhas (2014) e corroborado por Orlandi (2006; 2007), o corpo também materializa o discurso (cf. figura 14), produzindo toda sorte de efeitos de sentido sem necessariamente utilizar a palavra escrita para simbolizá-los. É o caso da imagem 19 que analisamos abaixo:



Figura 19– MDV19  
(Domínio Público)

Na imagem vemos uma manifestante da MDV (MDV Recife, 2015) utilizando uma camisa amarrada na cabeça, de maneira que apenas os olhos ficam à mostra. Os seios estão cobertos com fita crepe de cor preta em forma de “xis” para esconder os mamilos. O short curto marca a identificação com o manifesto por rememorar construções do tipo “meu short curto não é convite”, comuns nas condições de produção

da Macrha. Como afirma Pêcheux (1999), e conforme mencionado no capítulo II, a imagem possui uma memória social própria que é ativada parafrásticamente, no caso de corroborar com os implícitos; ou metaforicamente, quando existe uma “desregulação” na ordem dos implícitos. Esse jogo de forças atua no sentido de repetição de uma memória evocada socialmente, ou na quebra dessa memória que, nos termos de Pêcheux (1999), se esburaca antes de se desdobrar em paráfrase. Existe uma certa regularidade nas imagens que apresentei nas seções anteriores: trata-se de imagens que apresentam as manifestantes reproduzindo visualmente um estereótipo cristalizado na memória social que é a figura da vadia. Essa marcação visual da vadia é feita por intermédio de roupas curtas, por vezes salto alto e perucas, seios/sutiã à mostra e inscrições no corpo de frases de identificação com o movimento. Nota-se que algumas dessas frases reverberam sentidos advindos de outros momentos da luta feminista, como comprovo no capítulo II. No entanto, e ainda conforme o discutido no capítulo II, essa rememoração é característica da quarta onda do movimento feminista, onde se inscreve a MDV. O que quero ressaltar é que todos esses indicativos operam nas imagens de maneira parafrástica. Esses sentidos constituem algo próprio da MDV e que é percebido como regularidade.

No entanto, nesta imagem em específico, apesar da vinculação à Marcha pelo short curto, existe uma quebra na regularidade da memória que nos remete, via efeito metafórico a, pelos menos, duas imagens sociais mnemonicamente cristalizadas a) aos terroristas da Al-Qaeda; e b) às mulheres que usam burca. No primeiro caso, a memória é construída com base nos ataques terroristas realizados pelo grupo fundamentalista islâmico que ganhou notoriedade após o atentado aos Estados Unidos que resultou na queda das torres gêmeas em 2011 (evento conhecido como Onze de Setembro), e, mais recentemente, dos ataques à sede do jornal parisiense Charlie Hebdo. O segundo caso diz respeito ao uso da burca, apontado pelo Hádice como sinal de recato e respeito à moral talibã. Como venho discutindo a Marcha se coloca contrária à perpetuação da moral, em qualquer uma de suas expressões, pelo fato de ela representar a coerção exercida sobre a mulher pelo patriarcado, uma das lutas primordiais do *SlutWalk*. Dessa forma, a assertiva b só se torna plausível, nas condições de produção da Marcha, como um ato de zombaria à moral. É possível, no entanto, que o uso da camisa para esconder o rosto esteja associado ao desejo de preservar a imagem, o que poderia ser explicado pelos seios desnudos. Entretanto, a manifestante utilizou pedaços de fita para cobrir os

mamilos, o que apresenta certa contradição, já que a preservação da imagem estaria garantida pela ocultação do rosto.

Nesse caso, a assertiva a, apesar de radical, representa melhor a identificação dessa manifestante por dialogar com o acontecido na Marcha das Vadias do Rio de Janeiro, na ocasião da Jornada Mundial da Juventude (JMJ), celebração católica ocorrida no Rio em 2013 com a chegada do papa ao Brasil. Neste evento, feministas radicais quebraram publicamente imagens de santas católicas, além de introduzirem crucifixos em seus ânus, o que causou repúdio até mesmo entre as participantes da Marcha afirmando que “a performance que envolveu quebra de imagens de santas na Marcha das Vadias hoje não foi programada pela organização deste evento”, segundo reportagem de Henrique Coelho para o G1 (Marcha das Vadias reúne mais de mil no Rio e vira hit em rede social, 27/07/2013). Atenhamo-nos as imagens que seguem:



Figura 20– MDV20  
(Domínio Público)



Figura 21– MDV21  
(Domínio Público)



Figura 22– MDV22  
(Domínio Público)

As imagens 20, 21 e 22 acima representam a MDV Rio 2013. Note-se que em 20 e 21 a caracterização imagética é a mesma que em 19, enquanto que em 22, os efeitos de sentido resgatados pela memória reiteram via paráfrase a construção imagética dominante da Marcha que discutíamos anteriormente. As imagens 19, 20 e 21 metonimicamente apontam, assim, para uma dissidência desses sujeitos frente à FD Agnóstica teísta e uma desidentificação com a FD Cristã. Estar desidentificado neste caso, conforme Indursky (2008), não significa estar livre do processo de assujeitamento, mas sim que o sujeito está vinculado a uma FD contrária à Cristã. Nas condições de produção da Marcha, a FD Jurídica seria aquela contraposta à Cristã, apesar de, como apontado mais acima, existirem intersecções entre uma e outra FD de maneira a caracterizarem a FD Agnóstica teísta. Via interdiscurso, e conforme discutido no Capítulo II, o evento da JMJ estaria correlacionado com o feminismo radical, devido ao ranço socialista manifestado pela extrema intolerância à Igreja Católica enquanto Aparelho Ideológico de Estado. Por seu turno, a imagem 22, onde se lê “Papa eu papo quem eu quiser”, se vincula à segunda onda do movimento feminista, pela luta a favor da liberdade sexual e contra o patriarcado.

No que tange ao corporinguagem discursivo, nos casos acima apresentados, o ato de introduzir símbolos do catolicismo no ânus gera pelo menos dois efeitos de sentido. Em primeiro lugar, a completa rejeição aos ideais cristãos, comparando-os a dejetos; e em segundo, se tomáramos a perspectiva de que o ânus pode ser considerado um órgão sexual, as manifestantes reclamam para si o prazer negado a elas pela moral cristã. De

toda sorte, este segmento extremista gera controvérsias dentro da própria MDV, que se abstém de qualquer responsabilidade pelos atos cometidos ao afirmar que a performance “não foi programada pela organização deste evento”. A ideia de que existe um centro estruturante, que é o grupo organizador do evento, e que responde publicamente pelos atos cometidos (quando por ele organizado), marca, ao mesmo tempo, a a) posição marginal do segmento extremista, e a b) identificação do grupo central com a FD Agnóstica teísta, já que busca pela garantia dos direitos das mulheres, mas ainda sim respeita a figura de Deus e dos Santos.

Em 22, a expressão “papar quem eu quiser”, remete ao empoderamento da mulher sobre si – sua liberdade de escolha, sexual e o domínio sobre o próprio corpo. Denomino *domínio sobre o corpo* a ilusão que tem o sujeito de estar individualizando o próprio corpo, quando, na verdade, essa é uma criação de pontos de referência, fruto do processo de corporificação do sujeito pelo Estado (referido por Haroche e Orlandi mais acima nesta mesma seção). Dominar o corpo faz parte da subjetivação/corporificação e tem haver com um efeito de percepção do sujeito sobre si. Esse sujeito que “se domina”, percebe o próprio corpo e o aceita, ele responde aos desejos pulsionais, e atrela a liberdade sexual à busca pelo gozo. Essa, no entanto, é uma busca que tenta separar o corpo do sujeito do *esprit de corps*, do domínio do Estado sobre o corpo social, mais especificamente do seu AIE que regula a expressão da moral.

Esse efeito de domínio sobre o próprio corpo é, a rigor, o que impulsionou a mudança de perspectiva da MDV em relação ao *SlutWalk*. A diferença fundamental entre o que se protestava no SW e nos primórdios da Marcha, para a expansão de seu escopo em direção às lutas inconclusas na história do movimento feminista que a quarta onda torna possível, é a centralização do corpo enquanto domínio exclusivo do sujeito. O corpo é meu, e as regras são minhas, porque eu, o corpo, o sujeito, tomo posse de mim e decido sobre mim. Lacan (1996) já adiantava a questão do corpo estar atrelada a uma tomada de posição ao distinguir carne, a materialidade, do corpo, a construção social intermediada pela linguagem. Nesses moldes, a tomada de posição das manifestantes como vadias, sua inscrição no discurso da Marcha, colocou no centro das questões abarcadas pelo movimento, o sujeito marcado pelo corpolingüagem discursivo, o que pode se observar pela comparação entre as figuras 23 e 24 com a figura 1 (Capítulo II), de que trato abaixo.





Figura 23– MDV23  
(Domínio Público)



Figura 24– MDV24  
(Domínio Público)

As figuras 23 e 24 acima são respectivamente a face e as costas de uma mesma manifestante (MDV Recife, 2014). Em 23 lemos “meu corpo, minha revolução”, e em 24, os dizeres “yo decido”, acompanhados do símbolo de Vênus – a representação do sexo feminino na biologia, e da deusa Afrodite/Vênus na mitologia grega/romana. O domínio sobre o corpo, ou seja, a ilusão constitutiva do corpolinguagem discursivo,

aparece expresso na primeira figura pelo pronome possessivo “meu/minha”, individualizando tanto o “meu corpo”, quanto a “minha revolução”. Aí reside a diferença fundamental entre as manifestações corpóreas nas primeiras Marchas, ainda sob influência direta do SW, e esse corpolinguagem percebido como característico das últimas MDVs. Essa ênfase na posse do corpo e no direito de escolha sobre ele marcam a cisão a que me refero quando digo haver uma mudança paulatina na maneira como o corpo era percebido na Marcha. Antes, as questões que constituíam o eixo principal de discussões da MDV se resumiam à problematização do crime de estupro, à visibilidade da vítima, e à conscientização de que a responsabilidade pelo crime é do agressor, e não do tipo de roupa que as mulheres usam. A ascensão da figura do corpo como dominado pelo Estado, algo que precisa ser “tomado de volta” porque está em posse do AIE regulador da moral, passa a acentuar-se a partir de 2012 e desde então configura a linha mais forte de protestos que abarca a Marcha das Vadias.

Essa guinada nos rumos da manifestação pode ser percebida como uma revolução, a “minha revolução”, que está atrelada a interpelação do indivíduo como sujeito da Marcha. Acrescente-se ainda o fato de que nessa revolução “*yo decido*”. A grafia em língua espanhola vinculada à construção “revolução” remete à memória da Revolução Cubana e, mais propriamente, à figura de Che Guevara e todo o discurso anticapitalista, anti-imperialista e de contracultura que se acentuou sócio-historicamente na América Latina. A expansão dessas revoltas se deu graças à similaridade na economia dos países latinos no que tange aos métodos de produção semi-feudais e semi-escravistas, associados ao capitalismo. Além disso, a proximidade das fronteiras e as semelhanças entre o Espanhol e a Língua Portuguesa asseguraram a facilidade de comunicação e a simpatia com a revolução. Essa revolução do corpo na MDV busca desatar o corpolinguagem discursivo do corpo social, de maneira a afirmar-se dono de si, resistindo à dominação do corpo pelo Estado.

O sutiã à mostra marca o movimento parafrástico da memória social da Marcha (PÊCHEUX, 1999), condizendo com a regularidade imagética dominante na MDV. A posição-sujeito dominante na Marcha é, conforme exemplificado nos casos 20, 21 e 22, associada à FD Agnóstica teísta, o que vincula 23 à mesma FD. Por seu turno, a inserção de questões ligadas à revolução e a dominação sobre o corpo, filiam o discurso da manifestante aquele característico da segunda onda do movimento feminista. No que tange ao corpolinguagem discursivo, podemos nos ater a outro efeito de sentido trazido



à tona pela “minha revolução”: a revolta contra os padrões de beleza feminina, impostos pela indústria da beleza, e cristalizados pelo discurso publicitário tradicional. O sujeito em 23, conforme anteriormente mencionado, assume o que chamo de domínio sobre o corpo. No domínio estão implícitas a posse, e a aceitação do corpo, além da liberdade sexual e a busca pelo gozo. Essa aceitação sobre si, sobre o corpo que se tem, no caso do sujeito em 23, significa rejeitar o modelo de corpo trazido pela memória social do corpo esguio, e identificar-se com o modelo de corpo livre dos padrões capitalistas. Essa dissidência do corpo social pode ser percebida pelo engordamento, a rejeição a um padrão utópico que equipara felicidade e sexualidade à magreza. Essa luta aberta contra a rotulação do corpo pelos padrões de beleza e pelos padrões morais, reforça a cisão entre os objetivos da primeira e segunda fases da MDV no Brasil.

O objetivo dessa seção foi o de analisar pormenorizadamente figuras do arquivo que representassem protótipos para os postulados que venho formulando desde o segundo capítulo deste texto. Exemplifiquei o comportamento do corpolingüagem discursivo como constituinte da subjetividade por intermédio dos sintomas ideológicos deixados no corpo. Nesse processo, procurei abordar a imagem como ativador da memória discursiva, o que me permitiu associar os diferentes dizeres trazidos pelas manifestantes às ondas do movimento feminista. Ressalto, entretanto, que essa associação se torna possível graças à maneira como o sujeito feminista se inscreve na história, confluindo-se com uma quarta onda feminista. Ainda nesta seção, tratei de identificar a FD dominante da MDV – A FD Agnóstica teísta, e delinear o arquétipo imagético da expressão dominante da Marcha. Em contraponto, também foram abordadas as linhas dissidentes do grupo principal da Marcha, e a maneira como os sujeitos corporificam essa posição no corpolingüagem. Por fim, também expliquei a origem da guinada que tomou a MDV ao elencar o domínio sobre o corpo como eixo estruturante da manifestação, propondo uma revolução na maneira como o corpo é concebido. Sem ter tido a pretensão de esgotar o assunto, encaminho, a partir deste ponto, o texto para o seu “efeito de fechamento”.

#### 4. Concluindo com uma perspectiva

A proposta deste texto foi a de tentar trabalhar com a noção de sujeito do discurso em consonância com a história, a ideologia e com a psicanálise, no desejo de cercear a complexidade desse conceito. A noção de corporinguagem discursivo, conforme formulada por Vinhas (2014), serviu de base para compreender que algo falha no processo de constituição do sujeito, e que essa falha deixa uma marca, um sintoma na carne. Durante este texto trabalhei no limite da noção de sujeito social, fruto do processo de interpelação, e de sujeito individual. O fato é que existiu a necessidade de trabalhar o sujeito como indivíduo de maneira a percebê-lo no social. As formações discursivas e posições-sujeito só são analisadas por intermédio das materialidades discursivas, e a produção dessa materialidade depende de “um” sujeito para produzi-las. Aí está a noção que pairou sobre todo o estudo: a ousadia do sujeito, o ato de ousar se revoltar, de resistir. As manifestantes resistem à dominação ideológica do Estado, seus corpos resistem à dominação da moral. Todos os efeitos de sentido discutidos aqui dependeram da resistência do sujeito. Talvez, o processo de subjetivação mais importante seja propriamente o ato de resistir, o motor da AD, como afirma Ferreira (2010).

Outro viés dessa mesma relação é a corporificação, que referi como equivalente à subjetivação, já que a tomo enquanto parte do processo de construção da subjetividade, que passa pelo corporinguagem discursivo. O corporinguagem conjuga o real do corpo, aquilo que não pode ser corporificado, e o real da língua, o que não pode ser dito, e o resultado dessa confluência entre o imaginário, o simbólico e o real é tanto somático, quanto ideológico. As marcas somáticas do que é psíquico para o sujeito interessam porque expandem concomitantemente a incidência das áreas da Ideologia e da Psicanálise no interior da Análise de Discurso. A análise do sujeito, nesses moldes, passaria pela linguagem, pela história e pelo corpo.

Por fim, gostaria de reiterar que a mudança de perspectiva das manifestantes da Marcha está relacionada ao domínio do corpo, fenômeno que apontei como sendo integrante do processo de interpelação do indivíduo em sujeito – e da carne em corpo, por se colocar como uma ilusão que tem o sujeito de estar individualizando o próprio corpo, quando, na verdade, a liberdade sobre si/sobre o corpo passa pela dominação do

Estado. O domínio do corpo pelo Estado tem a ver com a transição da dominação gramática (a dominação pela palavra a que se referia Haroche) – o sujeito é responsável pelo que diz, à dominação corpórea – o sujeito é dono de si. Essa transição da dominação torna o sujeito responsável pelo dito, e impossibilita a tomada de consciência e simbolização dos sentimentos. Nesse entendimento, os sentimentos deixam de ser regulados pelo código e passam a ser associados à sensação, são corporificados. Essa corporificação do sujeito está vinculada ao Capitalismo e à sociedade de consumo, e constrói um corpo social que responde aos padrões impostos a ele pelos AIE e ARE.

Note-se que esse corpo pode ter sua liberdade regulada pela prisão enquanto Aparelho Repressivo do Estado, assim como precisa se adequar a padrões impostos pelo Exército (quando integrante), etc. Resistir a esse processo de corporificação significa desatar o corpo do sujeito do corpo social, processo que se dá por intermédio da criação de pontos de referência – tudo aquilo que sirva para identificar o sujeito com determinada FD, como tatuagens, piercings, cortes, etc. A marca resultante dos pontos de referência corresponde ao sintoma ideológico, a somatização do processo de subjetivação percebida nos corpos das manifestantes da MDV na forma de inscrições, indumentárias e abortos, por exemplo. Perceber os sintomas que deixa a ideologia no corpo é parte fundamental para a compreensão da subjetividade.

## REFERÊNCIAS

ABRIDGED CATECHISM. (1838). **A Manual for Christians** – containing prayers and holy precepts. Vienna: Strauss's Widow, 1838. Disponível em <<https://goo.gl/tQPY7X>>. Acesso em novembro de 2015.

AGGIO, Alberto (1999). **Revolução e democracia no nosso tempo**, 2° ed. São Paulo: UNESP, 1999. (1° ed. de 1997).

ALTHUSSER, Louis (2001). *Idéologie et appareils idéologiques d'état* (Notes pour une recherche). RAMOS, Joaquim de Moura (trad.). **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado** (Notas para uma investigação). Lisboa: Editoria Presença. Distribuição no Brasil: Martins Fontes, 2001. (Original publicado em 1969).

\_\_\_\_ (1980). **Os Defeitos da Economia Clássica – Esboço do Conceito de Tempo Histórico**. ALTHUSSER, Louis, et. al. *Ler o Capital*. CAIXEIRO, Nathanael (trad). Rio de Janeiro: Zahar, 1980. (Original publicado em 1968).

\_\_\_\_ (1980). **O marxismo não é um Historicismo**. ALTHUSSER, Louis, et. al. *Ler o Capital*, 1968. CAIXEIRO, Nathanael (trad). Rio de Janeiro: Zahar, 1980. (Original publicado em 1968).

BALDINI, Lauro José Siqueira; SOUZA, Levi Leonel. Os sentidos tomando o corpo. In: AZEVEDO, Aline Fernandes (Org.). **Sujeito, corpo, sentidos**. Curitiba: Appris, 2012.

BALIBAR, Étienne (1980). **Sobre os conceitos fundamentais do Materialismo Histórico**. In: ALTHUSSER, Louis, et. al. *Ler o Capital*. CAIXEIRO, Nathanael (trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 1980. (Original publicado em 1968).

\_\_\_\_ (1980). **Da periodização aos modos de produção**. In: ALTHUSSER, Louis, et. al. *Ler o Capital*. CAIXEIRO, Nathanael (trad). Rio de Janeiro: Zahar, 1980. (Original publicado em 1968).

\_\_\_\_ (1980). **A História e As Histórias**. In: ALTHUSSER, Louis, et. al. *Ler o Capital*, 1968. CAIXEIRO, Nathanael (trad). Rio de Janeiro: Zahar, 1980. (Original publicado em 1968).

BARBAI, Marcos Aurélio. O fracasso do intervalo semântico: significante, sentido e corpo. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange (orgs.). **Análise do discurso: dos fundamentos aos desdobramentos** (30 anos de Michel Pêcheux). Campinas: Mercado de Letras, 2015

BARNET, Sonya; JARVIS, Heather. **WHY**. Toronto, 2011. Disponível em: <[slutwalktoronto.com](http://slutwalktoronto.com)>. Acesso em Junho de 2015.

BEAUMONT, Hilary. **Don't Rape, Part I**. *The Dominion*, 69, Sexuality Section, 4 July, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/IkXw9m>>. Acesso em Fevereiro de 2014.

BEAUVOIR, Simone (1970). *Le Deuxième Sexe – les faits et les mythes*. MILLIET, Sérgio (trad.). **O Segundo Sexo – Fatos e Mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 4° ed, 1970. (Original publicado em 1949).

\_\_\_\_\_. (1967). *Le Deuxième Sexe – L'expérience Vécue*. MILLIET, Sérgio (trad.). **O Segundo Sexo – A experiência vivida**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 2º ed, 1967. (Original publicado em 1949).

BEBEL, August. **Women in the Past, Present, and Future**. London: Reeves, 1885. Ebook. Disponível em <<http://goo.gl/sgVGI2>>. Acesso em Junho de 2014.

\_\_\_\_\_. **Die Frau und der Socialismus**. DE LEON, Daniel. *Women Under Socialism*. New York: New York Labor News Co., 1904. Ebook. Disponível em <<http://goo.gl/rCIWLT>>. Acesso em Junho de 2014.

BENVENISTE, Émile (1978). *Problèmes de linguistique générale*. NOVAK, Maria da Glória; NERI, Luiza (trad.). **Problemas de Linguística Geral**. São Paulo: Editora Nacional da USP, 1978, Disponível em: <<http://goo.gl/WOjEC1>>. Acesso em Junho de 2014. (Original publicado em 1966).

BERNSTEIN, Eduard (1982). *Die Voraussetzungen des Sozialismus*. DEL CARRIL, Irene; RUIZ, Alfonso García (trads.). **Las Premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia: Problemas del socialismo**. México: Siglo, 1982. (Original publicado em 1899).

BRAK-LAMY, Guadalupe. **As buscas de felicidade nos relacionamentos erótico-amorosos heterossexuais em contexto urbano noturno: uma abordagem baseada no modelo antropológico de Turner**. *Teoria & Sociedade*, n 20, v. 1, 2012, p. 117-147.

BRETON, D. **A sociologia do corpo**. Petrópolis: Vozes, 2006.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: feminism and the subversion of identity**. Nova York: Routledge, 1990.

CAMPOS, Flávia Sollero; WINOGRAD, Monah. **Eu sou meu corpo: o conceito de eu em Freud e de self em Damásio**. *Nat. hum.* vol.12 no.1 São Paulo, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHOMSKY, Noam (2005). *Syntactic Structures*. Mouton Publishers, The Hague. FERREIRA, Madalena Cruz (trad.). **Estruturas Sintáticas**. Edições 70. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Original publicado em 1967).

COURTINE, Jean-Jacques (2009). **Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009. (Original publicado em 1982).

ENGELS, Friedrich (1984). *Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats*. KONDER, Leandro (trad.). **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**, 9º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. (Original publicado em 1884).

ERNST, Aracy. **Uma introdução à Análise do Discurso**. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v.84, n.1, junho de 1991.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **O Quadro Atual da Análise de Discurso no Brasil**. In: INDURSKY, Freda. (Org.). *Michel Pêcheux e Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar*. 1ed. São Carlos: Clara Luz, 2005, p. 13-22.

\_\_\_\_\_. MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise; DELA-SILVA, Silmara. Discurso, arquivo e corpo. In: **Discurso, arquivo e...** (orgs.). 7letras, Rio de Janeiro, 2011.

FREUD, Sigmund; BREUER, Josef. (1994). Estudios sobre la histeria. In: \_\_\_\_\_. ETCHEVERRY, José (trad.). **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1994. (Original publicado em 1895).

FRIEDAN, Betty (1971). The Feminine Mystique. WEISSENBERG, Áurea (trad.). **Mística Feminina**. São Paulo: Vozes, 1971 (Original publicado em 1963).

GARCIA, Dantielli Assumpção; SOUZA, Lucília Maria Abrahão. **Ler o arquivo hoje:** a sociedade em rede e suas andanças no ciberespaço. In: Conexão Letras. A noção de arquivo em Análise do Discurso: relações e desdobramentos – vol. 9, n. 11. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

GILMAN, Arthur (2005). **The origin of the Republican Party**. Wisconsin Historical Society online facsimile: Madison, 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/WgVH6G>>. Acesso em Junho de 2014. (Original publicado em 1914).

GOLDMAN, Emma. **Anarchism and Other Essays**. New York: Mother Earth Publishing Association, 1910. Ebook. Disponível em: <<http://goo.gl/yClumq>>. Acesso em Junho de 2014.

GRIGOLETTO, Marisa. **A Resistência das Palavras:** Um Estudo do Discurso político sobre a Índia (1942-1947). Tese de doutoramento, Campinas, UNICAMP, 1998.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich (2006). Encyclopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse. CARVALHO, Antônio (trad.). **Introdução à História da Filosofia**. Lisboa: Edições 70, 2006. Ebook. Disponível em: <<http://goo.gl/JqT5fp>>. Acesso em Dezembro de 2014. (Original publicado em 1817).

HUME, David (2006). An Enquiry Concerning Human Understanding. AIEX, Anoar (trad.). **Investigação sobre o entendimento humano**. Ebook: Acrópolis, 2006. Disponível em <<http://goo.gl/eAYXvF>>. Acesso em Agosto de 2015. (Original publicado em 1748).

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange et. al. (Orgs.). **Práticas Discursivas e Identitárias** – sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

\_\_\_\_\_. **O sujeito e as feridas narcísicas dos linguistas**. Gragoatá. Niterói, n.5, 1998.

JOLIVET, Régis. Cours de Philosophie. MENDONÇA, Eduardo Prado (trad.). **Curso de Filosofia**. Rio de Janeiro: Agir, 1968.

KOLLONTAI, Alexandra (2007). **Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada**, 1º ed. São Paulo: Sundermann, 2007. (Original publicado em 1920).

LACAN, Jacques (1985). Le Séminaire. PENOT, Marie Christine Lasnik (trad.). **O Seminário, livro 2 – O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. P. 45-85. (Original publicado em 1954).

\_\_\_\_\_. (1966). **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: ŽIŽEK, Slavoj. Mapping Ideology. RIBEIRO, Vera (trad.). **Um mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

LÉON-DUFOUR, Xavier. **Vocabulário de Teologia Bíblica**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

MARX, Karl (1985). Misère de la philosophie: réponse à la philosophie de la misère de Proudhon. PAULO NETTO, José (trad.). **A Miséria da Filosofia**: resposta à filosofia da miséria de Proudhon. São Paulo: Global, 1985. (Original publicado em 1847).

\_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. Das Kommunistische Manifest, 1848. MORES, Ridendo (trad.). **O Manifesto Comunista**. Disponível em: <<http://goo.gl/4DVMI>>. Acesso em Dez 2014.

MATOS, Marlise. **Movimento e Teoria Feminista**: É possível reconstruir a Teoria Feminista a partir do Sul Global? Rev. Sociol. Polít, Curitiba, v.18, n.36, p. 67-92, jun. 2010.

\_\_\_\_\_; CYPRIANO, Breno. **Críticas feministas, epistemologia e as teorias da justiça social**. In: PINTO, Céli Regina Jardim; RATTON, Jose Luiz Ratton. Cadernos do 32º Encontro Anual da ANPOCS. GT 27: Para onde vai a Teoria Social contemporânea? Minas Gerais: UFMG, 2008.

MILL, John Stuart. The Subjection of Women. In: Rossi, Alice (coord.). **Essays on sexual equality**. Chicago: University of Chicago Press, 1970. Ebook. Disponível em: <<http://goo.gl/KB7wX0>>. Acesso em Agosto de 2015. (Original publicado em 1869).

MORALES, Blanca de Souza Viera Morales. **A dependência de drogas no discurso do psicólogo**: efeitos de sentido. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

NAZARIO, Luiz (2008). Quadro Histórico do Pós-Modernismo. In: GUINSBURG, Jacob; BARBOSA, Ana Mae (eds.). **O Pós-Modernismo**, 1º ed., 1º reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2008. (1º impressão em 2004).

NYE, Andrea (1995). Feminist theory and the philosophies of man. CAIXEIRO, Nathanael (trad.). **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995. (Original publicado em 1989).

ORLANDI, Eni Puccinelli (2009). **Claude Lévi-Strauss, Michel Pêcheux e o estruturalismo**. Revista ComCiência, n. 108, Campinas, 2009 . Disponível em: <<http://goo.gl/BZt0ub>>. Acesso em Agosto de 2015.

\_\_\_\_\_. (2009). **Análise de Discurso – Princípios e Procedimentos**, 8º ed. São Paulo: Pontes, 2009. (1º ed. de 1999).

\_\_\_\_\_. (2012). **Discurso e Leitura**, 9º ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2012. (1º ed. de 1988).

\_\_\_\_\_. (2007). **O Sujeito Discursivo Contemporâneo**: um exemplo (Conferência). In: Anais Eletrônicos do II Seminário de Estudos em Análise do Discurso. UFRGS: Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/OBbLG3>>. Acesso em Agosto de 2015.

\_\_\_\_\_. **Do sujeito na história e no simbólico**. Escritos, n. 4, Editora da UNICAMP:

Campinas, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil.** In: Anais do 1º Seminário de Estudos em Análise de Discurso, 2003 Nov 10-13; UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. **Foi “análise de discurso” que você disse?** In: \_\_\_\_\_. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux.* Campinas: Pontes, 2011.

\_\_\_\_\_. **À flor da pele: indivíduo e sociedade.** In: MARIANI, Bethania (Org.). **Escrita e os Escritos: Reflexões em Análise do Discurso e Psicanálise.** São Carlos: Clara Luz, 2006.

PÊCHEUX, Michel (1997a). **Análise Automática do discurso (AAD-69).** In: GADET, F. & HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997a. (Original publicado em 1969).

\_\_\_\_\_; FUCHS, Catherine (1997b). **A propósito da Análise Automática do discurso: Atualização e perspectivas.** In: GADET, F. & HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997b. (Original publicado em 1975).

\_\_\_\_\_. (1997c). **Análise de Discurso: Três Épocas.** In: GADET, F. & HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997c. (Original publicado em 1983).

\_\_\_\_\_. **Ler o arquivo hoje.** In: ORLANDI, Eni. (org.). **Gestos de leitura: da história no discurso.** Campinas: UNICAMP, 1993.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** ORLANDI, Eni et al (trads.). 4.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

\_\_\_\_\_. **Papel da Memória.** In: ACHARD, Pierre [et al]. **Papel da Memória.** NUNES, José Horta (trad.). Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **O discurso: estrutura ou acontecimento?** ORLANDI, Eni (trad.). 5a ed. Campinas: Pontes, 2008.

PLATÃO. **Diálogos.** Volume I. NUNES, Carlos Alberto (trad.). Pará: ED. UFPA, 1980.

ROMÃO, Lucília Maria Souza; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; DELA-SILVA, Silmara. Arquivo. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise; DELA-SILVA, Silmara. (Orgs.) **Discurso, arquivo e...** Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

SAUSSURE, Ferdinand (2006). *Cours de linguistique générale.* BALLY, Charles; SECHEHAYE, Albert (Orgs.). CHELINI, Antônio et al. (trad.). **Curso de Linguística Geral.** São Paulo: Cultrix, 2006. (Original publicado em 1916).

SOLER, Colette. **O Corpo Falante.** Cadernos de Stylus, n. 1, maio de 2010. 1º Fórum do Campo Lacaniano, Recife: IF-EPFCL, 2010.

STAËL, Madame La Baronne de Holstein. **L'influence des passions sur le bonheur des individus et des nations,** 1796. Ebook, disponível em: <<http://goo.gl/pG56tL>>.



Acesso em Fevereiro de 2014.

VALENTI, Jessica. **SlutWalks and the future of feminism**. Wisconsin State Journal: Wisconsin, 8, Jun, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/oJwMTH>>. Acesso em Junho 2014.

VINHAS, Luciana Iost. **Discurso, corpo e linguagem**: Processos de subjetivação no cárcere feminino. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

\_\_\_\_\_. De aranha a borboleta: processos de subjetivação de um corpo preso. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange (orgs.). **Análise do discurso**: dos fundamentos aos desdobramentos (30 anos de Michel Pêcheux). Campinas: Mercado de Letras, 2015.

\_\_\_\_\_. O engordamento na prisão: encontro entre o real da história e o real do corpo. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Oficinas de Análise do Discurso**: Conceitos em movimento. Campinas: Pontes, 2015.

WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da linguística**. BAGNO, Marcos (trad.). São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Vindication of the rights of women**. Londres: Walter Scott, 1972.